



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 47, DE 2012

(nº 298/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

Os méritos da Senhora Ligia Maria Scherer que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de março de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma assinatura fluida e cursiva que termina em um traço longo e diagonal para baixo à direita.

Brasília, 12 de Março de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **Ligia Maria Scherer**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **Ligia Maria Scherer** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº /DP/AFEPA/G-MRE/APES

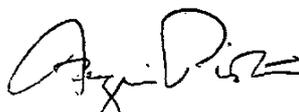
Brasília, de de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **LIGIA MARIA SCHERER**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **LIGIA MARIA SCHERER** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE LIGIA MARIA SCHERER

CPF.: 15602451900

ID.: 779117 SSP/PR

1951 Filha de Adalberto Scherer Sobrinho e Lucy Szabó Scherer, nasce em 28 de outubro, em Curitiba/PR

Dados Acadêmicos:

1974 Letras, Português e Inglês pela Universidade Federal do Paraná

1978 CPCD - IRBr

2001 CAE - IRBr, A Questão de Jerusalém: Realidades e Perspectivas

Cargos:

1979 Terceira-Secretária

1981 Segunda-Secretária

1988 Primeira-Secretária, por merecimento

1996 Conselheira, por merecimento

2002 Ministra de Segunda Classe, por merecimento

2008 Ministra de Primeira Classe

Funções:

1979 Divisão das Nações Unidas, assistente

1985 Embaixada em Roma, Segunda Secretária

1988 Embaixada em Tóquio, Segunda e Primeira Secretária

1991 Divisão do Meio Ambiente, Subchefe

1994 Embaixada em Washington, Primeira Secretária e Conselheira

1997 Embaixada em Tel Aviv, Conselheira

2001 Divisão da Ásia e Oceania II, Chefe

2003 Embaixada em Dili, Encarregada de Negócios em missão transitória

2004 Missão junto à CEE, Bruxelas, Ministra-Conselheira

2005 Representação Permanente junto à FAO, Roma, Ministra-Conselheira

2007 Escritório de Representação em Ramallah, Chefe do escritório

Condecorações:

1992 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial

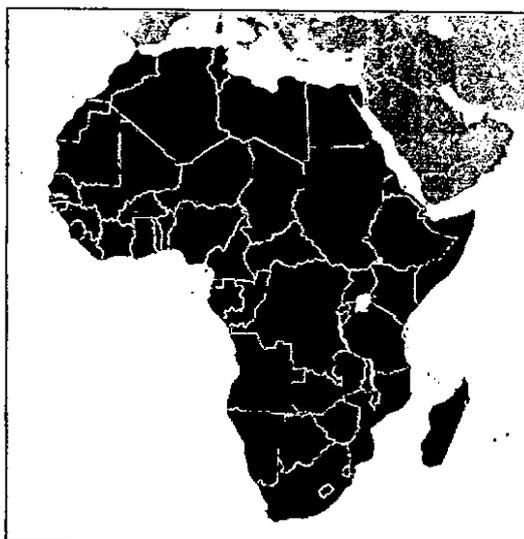
2000 Medalha do Pacificador, Brasil



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA II**

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



**OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Março de 2012**

ÍNDICE

| | |
|--------------------------|----|
| DADOS BÁSICOS | 3 |
| PERFIS BIOGRÁFICOS..... | 4 |
| RELAÇÕES BILATERAIS..... | 7 |
| POLÍTICA INTERNA | 19 |
| POLÍTICA EXTERNA | 20 |
| ECONOMIA..... | 23 |
| ANEXOS..... | 25 |

| DADOS BÁSICOS | |
|--|---|
| NOME OFICIAL | República de Moçambique |
| CAPITAL | Maputo |
| ÁREA | 801.590 km ² |
| POPULAÇÃO | 20,1 milhões |
| IDIOMAS | Português (oficial, falado por 50,3% da população); macua (26,3%); tsonga (11,4%); cerca de outras 30 línguas africanas |
| PRINCIPAIS RELIGIÕES | Catolicismo (28,4%), protestantismo (27,7%), islamismo (17,9%), outras (7,2%), sem religião (18,7%) (Censo 2007) |
| SISTEMA POLÍTICO | Semipresidencialismo |
| CHEFE DE ESTADO | Presidente Armando Emílio Guebuza |
| CHEFE DE GOVERNO | Primeiro-Ministro Aires Ali |
| CHANCELER | Oldemiro Marques Balói |
| PIB (estimativa 2011) | US\$ 12,1 bilhões |
| PIB PPP (estimativa 2011) | US\$ 23,87 bilhões |
| VARIAÇÃO DO PIB | 7,3% (2007); 6,8% (2008); 6,4% (2009); 7,2% (2010); 7,2% (2011 est.) |
| PIB per capita | US\$ 473 |
| PIB per capita PPP | US\$ 982 |
| UNIDADE MONETÁRIA | Metical moçambicano |
| IDH (2011) - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO | 0,322 (184ª posição entre 187 países analisados) |
| TAXA DE ALFABETIZAÇÃO | 47,8% |
| EXPECTATIVA DE VIDA | 50,2 anos (PNUD, 2011) |
| COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA | 3.500 cidadãos |
| EMBAIXADORA DESIGNADA DO BRASIL PARA MOÇAMBIQUE | Ligia Maria Scherer (indicação em processo de apreciação pelo Senado Federal) |
| EMBAIXADOR DE MOÇAMBIQUE PARA O BRASIL | Murade Isaac Miguigy Murargy |

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

| BRASIL → MOÇAMBIQUE | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|----------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|--------|--------|
| Intercâmbio | 28.560 | 14.945 | 23.324 | 28.265 | 35.228 | 27.300 | 32.389 | 110.240 | 42.380 | 85.277 |
| Exportações | 27.976 | 10.792 | 23.310 | 28.245 | 35.212 | 27.300 | 32.387 | 108.118 | 40.377 | 81.183 |
| Importações | 583 | 4.152 | 14 | 20 | 16 | 0 | 2 | 2.122 | 2.002 | 4.094 |
| Saldo | 27.392 | 6.640 | 23.296 | 28.225 | 35.196 | 27.300 | 32.385 | 105.995 | 38.375 | 77.089 |

PEREISBIOGRÁFICOS

Armando Emílio Guebuza *Presidente da República*

Nasceu em Murrupula, no norte do país, em 1943. Ingressou no Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos (NESAM), em 1949. Em 1963, foi eleito presidente do NESAM, sucedendo Joaquim Chissano, que viria a ser Presidente de Moçambique entre 1986 e 2005.

Após ser preso pela polícia política portuguesa por cinco meses, Guebuza juntou-se à FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), em Dar-es-Salaam (Tanzânia), em 1965.

Em 1974, foi designado Ministro da Administração Interna, conforme os Acordos de Lusaca, que previam a formação de Governo de transição. Em 1975, após a independência, tornou-se Ministro do Interior. Em 1978, foi nomeado Vice-Ministro da Defesa e Governador de Cabo Delgado. Em 1981, foi Governador de Sofala. Em 1986, assumiu o Ministério de Transportes e Comunicações.

Em 1990, foi nomeado, pelo então Presidente Joaquim Chissano, chefe da delegação da FRELIMO que negociou com a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) o Acordo de Paz, em Roma.

Após as primeiras eleições multipartidárias do país, em 1994, tornou-se líder da bancada da FRELIMO no Parlamento. Foi eleito Secretário-Geral da FRELIMO durante o VIII Congresso do Partido, em 2004.

Armando Emílio Guebuza foi eleito Presidente da República de Moçambique em dezembro de 2004 e reeleito no pleito de outubro de 2009.

Aires Bonifácio Ali
Primeiro-Ministro

Nasceu na província de Niassa, no norte do país, em 1956. Graduou-se em Psicopedagogia, em 1980, pelo então Instituto Superior Pedagógico de Maputo, atualmente Universidade Pedagógica.

Em 1986, ingressou no Ministério da Educação, como técnico de recursos humanos. Em 1990, foi nomeado Chefe de Gabinete do Ministério e Diretor Nacional de Educação.

Foi Governador Provincial de Niassa (1995-2000) e de Inhambane (2000-2004) e Ministro da Educação e Cultura durante o primeiro Governo do Presidente Guebuza, entre 2005 e 2009.

Em 2006, foi eleito membro da Comissão Política da FRELIMO durante o IX Congresso do Partido.

Em 15 de janeiro de 2010, foi indicado pelo Presidente Guebuza para exercer o cargo de Primeiro-Ministro.

Oldemiro Marques Balói
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Graduado em Economia pela Universidade Eduardo Mondlane (1984) e Mestre em Economia Financeira pela Universidade de Londres (1994).

Entre 1986 e 1989, foi diretor nos Ministérios da Indústria e do Comércio. De 1990 a 1994, foi Vice-Ministro para Cooperação, período em que a ajuda internacional foi crescente, após o fim da guerra civil. Em 1994, foi nomeado Ministro da Indústria e do Turismo, cargo que exerceu até 1999, quando ingressou na iniciativa privada.

Entre 2003 e março de 2008, ocupou cargo de Administrador Executivo do Banco Internacional de Moçambique (BIM). Simultaneamente, foi Presidente da SADC Banking Association e Vice-Presidente da Associação Moçambicana de Bancos.

Voltou ao Governo em 11 de março de 2008, quando assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Moçambique são próximas desde a independência do país africano.

O Brasil reconheceu a independência de Moçambique em 25 de junho de 1975, dia de sua proclamação. No fim daquele ano, foram estabelecidas relações diplomáticas entre os dois países. Em 5 de janeiro de 1976, foi criada a Embaixada do Brasil em Maputo e, em janeiro de 1998, foi aberta a Embaixada de Moçambique em Brasília.

Em 1981, foi assinado Acordo Geral de Cooperação entre os dois países, que desde então tem sido utilizado como base para mais de trinta ajustes complementares, referentes à cooperação entre Brasil e Moçambique em áreas como agricultura, setor farmacêutico, produção de medicamentos antrirretrovirais, esportes, artes audiovisuais e cinematográficas, esportes e capacitação de técnicos em ciências florestais (ver tabela de Acordos Bilaterais em Vigor, ao final deste documento).

Em 1982, foi estabelecida a Comissão Mista, com base no Acordo Geral de Cooperação do ano anterior. As duas primeiras Reuniões da Comissão Mista Brasil-Moçambique tiveram lugar em Maputo, em 1982 e 1989.

Em 1989, teve também lugar a inauguração, em Maputo, do Centro de Estudos Brasileiros.

No período de 1993 a 1994, o Brasil contribuiu para as forças de paz da ONU que monitoraram o processo de paz em Moçambique. A operação das Nações Unidas foi comandada, durante seu primeiro ano, pelo General brasileiro Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva.

As relações econômicas bilaterais têm grande ímpeto, atualmente, com a presença de empresas brasileiras no país e com a aprovação, em dezembro de 2009, de mecanismo de financiamento (via BNDES) ao intercâmbio econômico bilateral, no valor de US\$ 300 milhões, para realização de obras de infraestrutura por empresas brasileiras.

Visitas e eventos bilaterais de alto nível

O então Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou Maputo em 2000, por ocasião da III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Na ocasião, anunciou a disposição brasileira em conceder o perdão parcial da dívida de Moçambique com o Brasil, no valor de cerca de US\$ 280 milhões. O Presidente Chissano visitou o Brasil em 2001 e 2002, nesta última para participar da IV Cúpula da CPLP.

Em novembro de 2003, o então Presidente Lula visitou Maputo – ocasião em que foram assinados diversos instrumentos de cooperação, com destaque para o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Saúde, com vistas à construção de laboratório para fabricação de medicamentos

antirretrovirais genéricos. A visita foi retribuída pelo Presidente Joaquim Chissano em setembro de 2004, quando foi firmado o acordo para o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique para com o Brasil.

Em fevereiro de 2005, o Vice-Presidente José Alencar representou o Brasil na cerimônia de posse do Presidente Guebuza. Dois anos depois, o Presidente Guebuza veio ao Brasil como convidado de honra por ocasião da Data Nacional brasileira. Em outubro de 2008, o então Presidente Lula retornou a Maputo, quando inaugurou a sede provisória do Escritório da Fiocruz-África. Em julho de 2009 o Presidente Armando Guebuza realizou nova visita ao Brasil, acompanhado dos Ministros de Negócios Estrangeiros, da Indústria e Comércio, da Energia e dos Transportes e Comunicações. No ano seguinte, em novembro, o então Presidente Lula viajou a Maputo para a inauguração da fase inicial de operações da Fábrica de Antirretrovirais e lançamento oficial dos três primeiros pólos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique. A Presidenta Dilma Rousseff esteve em Maputo em outubro de 2011, ocasião em que participou das cerimônias de celebração dos 25 anos de falecimento de Samora Machel – líder da Guerra de Independência de Moçambique e o primeiro Presidente do país.

Também tem sido frequente a troca de visitas bilaterais em nível de chanceleres. A última delas foi a vinda ao Brasil do Chanceler Oldemiro Balói, em junho de 2011. Outros encontros de nível ministerial também têm ocorrido com frequência, com destaque para a aproximação entre os respectivos Ministérios de Indústria e Comércio. O então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, realizou visita a Maputo em novembro de 2009, acompanhado por mais de 100 empresários brasileiros, além de representantes da ABDI, da APEX, do BNDES e da SECEX. Encontro promovido naquela ocasião contou com a participação de cerca de 200 empresários dos dois países. Realizou-se, igualmente, reunião do Grupo de Trabalho para o incremento do fluxo econômico-comercial. O então Ministro da Indústria e Comércio moçambicano, António Fernando, retribuiu a visita em junho de 2010. O Ministro Fernando Pimentel, por sua vez, liderou missão empresarial a Moçambique em novembro de 2011, dando continuidade às conversações mantidas pela Presidenta Dilma Rousseff durante a visita presidencial.

Comércio bilateral e investimentos

A presença econômica brasileira em Moçambique é hoje marcante e tende a continuar crescendo, conforme ficou patente no recente encontro da Presidenta Dilma Rousseff com representantes das principais empresas brasileiras instaladas em Moçambique, a saber, Vale, Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Galvão, Queiroz Galvão, Fidens. A pauta comercial é desequilibrada em favor do Brasil. Em 2011 o superávit foi de US\$ 77,1 milhões, representando crescimento de 101% em relação ao ano anterior. O início das exportações de carvão da Vale, este ano, deverá contribuir para mudar esse quadro, produzindo superávits comerciais para o lado moçambicano e gerando oportunidades para exportadores brasileiros.

Em 2011, o intercâmbio comercial entre o Brasil e Moçambique apresentou desempenho expressivo, registrando o valor de US\$ 85,3 milhões, representando crescimento de 101,2% em relação ao ano anterior. Ainda que os embarques brasileiros direcionados para Moçambique, em 2011, tenham registrado expressivo crescimento de 101%, passando de US\$ 40,4 milhões para US\$ 81,2 milhões, registrando o segundo melhor desempenho absoluto da história, as importações brasileiras originárias de Moçambique, em 2011, também registraram crescimento de 104,4%.

A pauta exportadora brasileira é composta majoritariamente por produtos manufaturados, que representaram 56,5% do total; e, básicos (35,2%). Os principais produtos exportados foram: cereais (15% do total); carnes (13,8%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (10,4%); óleo de soja (8,2%); e, locomotivas diesel-elétricas (7,8%). Destaque para cereais que teve crescimento de 400% em 2011, em relação ao ano anterior. A limitada pauta de bens importados, por sua vez, registra predominância de semimanufaturados (51%). Os principais produtos adquiridos no ano foram: Alumínio (51,2% do total); Fumo (35,2%); e, zirconita (13,1%).

Investimento brasileiro direto em Moçambique

De acordo com dados do Banco Central do Brasil (BCB), o estoque de investimentos diretos brasileiros em Moçambique registrou um aumento de 18 vezes em apenas dois anos, passando de US\$ 3 milhões em 2008 para US\$ 54 milhões em 2010. Segundo dados do Centro de Promoção de Investimentos de Moçambique (CPI), órgão subordinado ao Ministério da Indústria e Comércio daquele País, entre 1990 e 2009, os fluxos de investimentos brasileiros em Moçambique teriam somado cerca de US\$ 176 milhões. A estimativa parece subestimada, tendo em vista, entre outros investimentos, o projeto da Vale na mina de carvão de Moatize, Província de Tete, que já teria gerado, de acordo com a Embaixada do Brasil em Maputo, inversões da ordem de US\$ 2,5 bilhões.

Investimentos diretos de Moçambique no Brasil

De acordo com dados do Banco Central do Brasil (BCB), o ingresso de investimentos diretos moçambicanos no País foi de aproximadamente US\$ 150 mil entre 2001 e 2011. Esses investimentos foram registrados entre os anos de 2005 e 2008, e tiveram sua totalidade direcionada para os setores de serviços e silvicultura. Os setores de destino foram preparação e preservação de pescado (destino de US\$ 50 mil em 2005), silvicultura (US\$ 10 mil em 2006), atividades relacionadas ao setor hoteleiro (US\$ 10 mil em 2007) e atividades imobiliárias (US\$ 80 mil em 2008).

Incremento dos fluxos econômico-comerciais

Seguindo orientações dos Presidentes Lula e Guebuza, o Ministério da Indústria e Comércio de Moçambique e o MDIC brasileiro criaram, em 2008, um Grupo de Trabalho Brasil-Moçambique para monitoramento do comércio. O GT é composto por técnicos dos respectivos Ministérios de Comércio, representantes das Chancelarias e de outros órgãos e agências governamentais dos dois países.

O objetivo do GT é fortalecer as relações econômico-comerciais por meio de reuniões e missões técnicas que tratarão, entre outros, dos temas de facilitação do comércio; promoção comercial; promoção de investimentos; integração de cadeias produtivas; construção de infraestrutura; mecanismos de financiamento e garantias de crédito; promoção do agronegócio; desenvolvimento das micro e pequenas empresas; treinamento e capacitação.

Na primeira reunião do GT, em julho de 2009, foi estabelecido o limite de US\$ 300 milhões a serem utilizados no financiamento de projetos em Moçambique. Os dois primeiros projetos a serem contemplados seriam a construção de novo terminal de carvão no Porto da Beira (Camargo Corrêa/Odebrecht) e a conversão da Base Aérea de Nacala em Aeroporto Internacional (Odebrecht).

O financiamento ao projeto do aeroporto de Nacala (US\$ 80 milhões) foi aprovado em caráter definitivo pela CAMEX em setembro de 2010 e o respectivo contrato de financiamento foi assinado em abril de 2011.

Do trabalho do GT resultou, ainda, cooperação entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Ministério da Indústria e Comércio de Moçambique, visando à integração produtiva entre os dois países. Após duas missões de técnicos a Moçambique, a ABDI identificou, de comum acordo com os interlocutores locais, dois setores industriais: produção de embalagens de latas e processamento de frutas. Projetos detalhados para a implantação dessas fábricas em Moçambique foram elaborados pela ABDI e Fundação Certi, com apoio de técnicos moçambicanos. Ambos foram apresentados ao Governo de Moçambique em junho de 2011 e serão objeto de rodadas de negócio a serem promovidas pela ABDI/APEX.

Exploração de carvão em Moatize (Vale)

A Vale está presente em Moçambique desde novembro de 2004, quando venceu concorrência internacional para a realização de pesquisas em uma das maiores reservas carboníferas do mundo, localizada em Moatize, na província de Tete, 1.700Km ao norte de Maputo.

As atividades da mina foram inauguradas pela Vale em 8 de maio de 2011 e a primeira exportação de carvão ocorreu em setembro de 2011 (35 mil toneladas). Na fase inicial, a Vale tenciona exportar entre 5 e 6 milhões de toneladas por ano, até atingir, em 3 a 4 anos, 11 milhões de toneladas. Em uma segunda fase, num horizonte de dez anos, a expectativa da Vale é de exportar de 22 a 25 milhões de toneladas por ano.

O projeto gerou investimentos de US\$ 2,5 bilhões e prevê US\$ 4 bilhões adicionais, nos próximos seis anos. O Contrato de Concessão assinado pela Vale tem prazo de 35 anos, renováveis, e prevê isenção significativa de impostos nos primeiros cinco anos de produção.

A Vale adquiriu em 2010 a concessão do Corredor de Nacala, que consiste no desenvolvimento de ferrovia ligando Moatize (mineração de carvão) ao Porto de Nacala. A ferrovia terá componente binacional, pois terá parte de seu traçado em território do Maláui.

Outros investimentos brasileiros

Odebrecht: a empresa é responsável pelo projeto de conversão da Base Aérea de Nacala em Aeroporto Internacional, projeto orçado em US\$ 120 milhões, que se beneficia de financiamento do COFIG (US\$ 80 milhões). O aeroporto irá viabilizar operações da Singapore Airlines, que pretende fazer de Nacala “hub” sub-regional para transporte de cargas e passageiros. O projeto é de grande importância para o desenvolvimento da região norte de Moçambique e poderá ter utilidade para outros países da região, sobretudo após a construção do Corredor de Nacala. A empresa é também parceira da Vale na construção da Mina de Moatize.

Camargo Corrêa: detém concessão para construção da usina hidrelétrica de Mphanda Nkuwa (1.500 MW). Tem interesse, também, no mercado cimenteiro: possui participação acionária na Cimentos de Portugal – que domina o mercado moçambicano, pelo controle exercido sobre a Cimentos de Moçambique –, e na Cimentos de Nacala. A empresa é também parceira da Vale na construção da Mina de Moatize e no projeto de desenvolvimento do Corredor de Nacala.

Galvão Engenharia e Eletrobras: a Galvão Engenharia e a Eletrobras vêm mantendo contatos com a Eletricidade de Moçambique, de maneira a assegurar participação na CESUL, projeto de implantação de linhas de transmissão de alta voltagem que vai constituir o cerne do sistema de distribuição de energia elétrica do país, integrando-o de norte a sul. A linha de transmissão de alta voltagem é elemento decisivo para a viabilização da construção da hidrelétrica de Mphanda Nkuwa, de cuja concessão a Camargo Corrêa é titular, e das quatro termoelétricas que Vale planeja construir na região.

Petrobras: em dezembro de 2011, foi assinado Portocolo de Intenções entre a Petrobras, a Petrobras Biocombustíveis (PBIO), a Guarani (Grupo sucroalcooleiro controlado pela Tereos Internacional), a PETROMOC e os Ministérios da Energia e dos Recursos Minerais de Moçambique. O instrumento deverá viabilizar a produção de etanol a partir do melaço de cana-de-açúcar em Moçambique com vistas a atender à decisão do Governo local de dar início, a partir de 2012, à mistura compulsória de bioetanol e biodiesel aos combustíveis. Por meio do Protocolo de Intenções, a PBIO comprometeu-se a compartilhar com a PETROMOC sua experiência na tecnologia da

mistura de etanol à gasolina, bem como na comercialização, logística e distribuição no mercado doméstico e internacional dos derivados de petróleo e de biocombustíveis. A PBIO desejaria poder realizar os investimentos previstos em 12 meses.

Oportunidades para empresas brasileiras

Moçambique dispõe de economia relativamente diversificada: serviços e indústria (processamento de minérios) correspondem, juntos, a quase 50% do PIB. A agricultura responde por apenas 22% do PIB, mas cerca de 70% da população moçambicana está envolvida com o setor, sobretudo na região norte do país.

Os setores mais dinâmicos da agricultura moçambicana estão relacionados às culturas de exportação – como castanha de caju, tabaco, cana-de-açúcar e algodão – e se beneficiam de investimentos estrangeiros. A pesca também constitui atividade de relevo.

Cabe ressaltar o projeto ProSAVANA de cooperação trilateral, com participação do Brasil e do Japão, para desenvolvimento da agricultura na savana moçambicana, partindo da experiência no cerrado brasileiro. A atração de investidores é considerada decisiva para o sucesso desse projeto.

O crescimento dos setores de mineração e de energia também é significativo, embora a exploração seja recente. O país dispõe de um dos mais elevados potenciais de produção de hidroeletricidade da África (12.500 MW) para um consumo interno que atinge apenas 450 MW, dos quais 50% destinam-se à produção de alumínio.

Moçambique é o primeiro país a beneficiar-se da cooperação trilateral em energia com Brasil e União Européia. A iniciativa engloba duas linhas de ação principais: elaboração de estudos de viabilidade para produção sustentável de bionergia e a realização de projetos baseados nas conclusões dos estudos. Moçambique tem desenvolvido diversos projetos na área de petróleo e gás, incluindo construção de pólo-petroquímico na região de Nacala, que poderá, segundo o governo moçambicano, atrair investimentos da ordem de US\$ 5 bilhões.

Ajuda humanitária e segurança alimentar

No início de 2011, foi lançada a iniciativa trilateral Brasil-EUA-Moçambique nas áreas de segurança alimentar e alimentação escolar. O trabalho consiste na implementação de dois projetos paralelos, para os quais o Brasil aportará US\$ 600 mil e os EUA, US\$ 2 milhões.

Em junho de 2011, foi aprovada a Lei 12.429, que autorizou a doação de até 711 mil toneladas de estoques públicos de alimentos a países em situação de insegurança alimentar e nutricional. O transporte e a distribuição das doações serão efetuadas pelo PMA, com a colaboração de parceiros internacionais. Contemplado pela referida lei, Moçambique receberá 297 toneladas de feijão e 4.049 toneladas de arroz.

Cooperação

Moçambique é o maior beneficiário da cooperação brasileira fora do Mercosul. A cooperação cobre áreas diversificadas (saúde, agricultura, educação, formação profissional, entre outras) e inclui algumas das iniciativas de cooperação de maior vulto já lançadas pelo Brasil.

Os recursos financeiros alocados para os projetos de cooperação técnica Brasil-Moçambique, em execução e negociação, somam mais de US\$ 18 milhões. Este valor é referente apenas à cooperação técnica. Se incluídos os dois maiores projetos desenvolvidos com Moçambique (a instalação da Fábrica de Antirretrovirais e a implantação dos nove pólos moçambicanos da Universidade Aberta, os quais devem absorver US\$ 40 milhões), o país supera o Haiti como maior recipiendário da cooperação brasileira, fora do Mercosul.

As principais vertentes de cooperação bilateral com Moçambique concentram-se: 1) na área de saúde, com a instalação da Fábrica de Antirretrovirais e outros medicamentos, inauguração de escritório da Fiocruz e implementação de projetos de fortalecimento institucional da saúde pública moçambicana; 2) na capacitação e formação profissional, com a criação do Centro de Formação Profissional e a capacitação na área de Governo; 3) na agricultura, com o projeto trilateral, em parceria com o Japão, para o desenvolvimento da agricultura nas Savanas tropicais de Moçambique, o Pró-Savana; e 4) na Educação, com a implantação de nove pólos da Universidade Aberta do Brasil no país, em parceria com o Instituto de Ensino a Distância de Moçambique.

A seguir, síntese do desenvolvimento dos principais projetos de cooperação em curso.

Cooperação técnica

A Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (MRE), sob a égide do Acordo Geral de Cooperação Técnica, firmado em 1981, desenvolve atualmente cerca de 50 projetos em diferentes fases de execução, nas modalidades bilateral e trilateral com Organismos laterais e terceiros países, perfazendo um total de recursos para execução em 3 anos em torno de US\$ 28 milhões de dólares (contribui diretamente com cerca de US\$ 18,2 milhões de dólares para as ações de cooperação técnica bilateral e prevê a alocação de cerca de US\$ 10 milhões de dólares para os projetos trilaterais).

No ano de 2011, no plano da cooperação bilateral, encontravam-se em implantação 21 subprojetos. Além desses, mais 15 projetos estão em negociação ou sendo implementados por atividades pontuais. Aqueles em fase de execução encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento, alguns em início de implantação e outros em fase de avaliação e finalização.

Programa “Mais Alimentos”

Em dezembro de 2011, durante visita ao Brasil de técnicos do Ministério da Agricultura de Moçambique, foi assinado o projeto para Capacitação e Transferência Metodológica para o Programa “Mais Alimentos”. O projeto tem como objetivo transferir a tecnologia e a metodologia do Programa Mais Alimentos brasileiro com vistas a contribuir para a segurança alimentar e nutricional da população moçambicana, por meio do apoio a projetos de desenvolvimento agrário local e de agricultura familiar em Moçambique. Visa também a contribuir para a inserção no mercado de produtores agrários de maneira competitiva e sustentável e garantindo a equidade social e de gênero. O projeto apoiará, com linha de crédito específico, a compra de máquinas e implementos agrícolas para a agricultura familiar. Serão capacitados cerca de 20 gestores moçambicanos na metodologia do projeto, a partir de fevereiro de 2012.

Cooperação em saúde

Fábrica de Antirretrovirais e outros Medicamentos

O Protocolo de Intenções na Área de Saúde, assinado em 2003, abriu a possibilidade de construção de unidade de fabricação de medicamentos antirretrovirais genéricos, dentre outros. Em 2007, foi entregue oficialmente um Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica da Fábrica, elaborado por técnicos da Fiocruz.

Além de haver custeado o Estudo de Viabilidade (US\$ 455 mil), o Brasil desembolsará R\$ 13,6 milhões para implantação da fábrica, autorizados pela Lei nº 12.117, de dezembro de 2009. Segundo o Plano de Negócios elaborado pela Fiocruz, esse investimento possibilitará o início da fase 1 da operação da fábrica, durante a qual a unidade atuará como fracionadora e embaladora de medicamentos brasileiros (antirretrovirais e outros, como anti-hipertensivos e analgésicos). Posterior e gradualmente, será feito o repasse de tecnologias e equipamentos complementares que possibilitarão a produção autônoma dos medicamentos, acompanhada do treinamento do pessoal local a ser empregado no empreendimento.

Ao Governo moçambicano compete, como contrapartida, custear as obras de adaptação do edifício da Sociedade Moçambicana de Medicamentos (SMM) para receber a fábrica doada pelo Brasil. Tendo o custo dessa obra superado a previsão de gastos de até US\$ 3 milhões feita pelo Governo moçambicano, a Vale procurou a Embaixada do Brasil e as autoridades competentes moçambicanas para oferecer cooperação financeira para a concretização do projeto. As obras de adequação do edifício, iniciadas em abril de 2011, evoluem dentro do cronograma estabelecido e espera-se que sejam concluídas até março de 2012. As máquinas encomendadas pela Farmanguinhos já começaram a chegar a Maputo.

Escritório da FIOCRUZ-África

Em outubro de 2008 foi inaugurado o Escritório da FIOCRUZ-África, sediado em Maputo, que atua como braço executivo da cooperação brasileira em matéria de saúde para toda a África.

Cooperação em capacitação e formação profissional

O Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique tem como objetivos desenvolver programas de capacitação técnica e pedagógica para os técnicos moçambicanos do Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFP) e implantar um centro multidisciplinar de formação profissional em Maputo, em linha com as demandas industriais locais. O custo do projeto é de US\$ 3,8 milhões.

No momento, a ABC ultima providências junto ao PNUD e ao SENAI com vistas a lançar edital de contratação para a obra civil de reforma das instalações disponibilizadas para o Centro. Os equipamentos do Centro já foram adquiridos pelo SENAI e aguarda-se o término das obras para envio ao país. No período de julho a novembro de 2011 o SENAI/BA realizou a capacitação dos técnicos moçambicanos que atuarão como instrutores no Centro de Formação Profissional.

Cooperação em agricultura

Pró-Savana

Brasil e Japão celebraram, em 2009, Memorando de Entendimento prevendo oferta de cooperação conjunta a países africanos com vistas à disseminação de *expertise* brasileira no campo da agricultura tropical para regiões de Savana. Nesse sentido, instituições brasileiras como a EMBRAPA, EMATER e SENAR, entre outras, apoiadas por recursos e conhecimentos complementares do lado japonês, deverão propiciar uma nova dimensão de desenvolvimento agrícola para África, com ganhos projetados nas esferas social, ambiental e econômica.

A primeira fase da cooperação visará ao reforço da capacidade de pesquisa das instituições de pesquisa agrária de Moçambique. Serão constituídos dois laboratórios especializados nas cidades de Nampula e Lichinga. Técnicos brasileiros e japoneses deverão supervisionar a instalação e o início das atividades dos referidos centros e pesquisadores moçambicanos receberão capacitação em diversas unidades da EMBRAPA no Brasil. O projeto referente a esta primeira fase foi assinado em novembro de 2010. A cerimônia de lançamento do projeto ocorreu em abril de 2011.

Além desse primeiro projeto, a cooperação ao abrigo do Pró-Savana prevê, ainda, a elaboração e execução de outros dois: seguimento da cooperação nas áreas de assistência técnica e de extensão agrícola; e zoneamento agroecológico e de planejamento do desenvolvimento regional com base na agropecuária. As atividades dos três projetos do Pró-Savana devem se estender por dez anos.

Suporte à inovação em agropecuária

Trata-se de iniciativa trilateral de cooperação com Moçambique, em parceria com os EUA, visando a reforçar a capacidade institucional do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique. A cooperação se dá por meio da capacitação de pesquisadores e de outros funcionários do instituto.

Cooperação científica e tecnológica

Moçambique é o principal beneficiário do Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia (ProÁfrica), desenvolvido pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) para financiar projetos bilaterais entre o Brasil e alguns países africanos na área. Desde 2005, Moçambique tem sido um dos países mais participativos. Dos 201 projetos aprovados até hoje, 69 contaram com a participação de pesquisadores moçambicanos.

Cooperação educacional

Entre 2000 e 2012, Moçambique teve 178 estudantes selecionados pelo Programa de Estudantes-Convênio em Graduação (PEC-G) e 137 pelo Programa de Estudantes-Convênio em Pós-Graduação (PEC-PG). Em 2010 e 2012, Moçambique foi o terceiro país, dentre todos os participantes, com maior número de candidaturas ao PEC-PG, sendo o primeiro da África. O PEC-G possibilita que estudantes moçambicanos cumpram graduação no Brasil em universidades federais, gratuitamente. No caso do PEC-PG, além da vaga gratuita em instituição pública, é concedida bolsa para o pesquisador e passagem de ida e volta ao Brasil.

Outra iniciativa na área educacional é o Programa de Incentivo à Formação Científica para Estudantes de Moçambique, parceria MRE/CAPES, pelo qual estudantes universitários moçambicanos realizam cursos de curta duração em Universidades brasileiras no período das férias escolares. Os beneficiados, além das vagas, recebem passagens aéreas, bolsa e apoio para hospedagem. Cerca de 200 estudantes moçambicanos foram beneficiados pelo programa desde 2008.

Universidade Abertura do Brasil (UAB) Moçambique

Por ocasião de sua última visita ao Brasil, em julho de 2009, o Presidente Guebuza encontrou-se com o então Ministro da Educação Fernando Haddad, para tratar das possibilidades de cooperação em educação técnica e tecnológica e em educação à distância.

Do contato surgiu a ideia de estabelecer pólos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique. De comum acordo com o lado moçambicano, foi estabelecida a oferta inicial dos seguintes cursos no país: Matemática, Pedagogia, Biologia e Administração Pública. Quatro instituições brasileiras são parceiras do Projeto: Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal Fluminense,

Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Goiás. São previstos nove pólos, que entrarão em operação até 2013. Em março de 2011, começaram a operar três deles: Maputo, Beira e Lichinga, que atendem atualmente a cerca de 600 alunos. Em 2014, a UAB Moçambique deverá alcançar aproximadamente 7,3 mil estudantes matriculados. O projeto deve consumir US\$ 30 milhões, dos quais cerca de 90% caberão ao Brasil.

Cooperação em energia

Brasil e Moçambique assinaram em 2007 um Memorando de Entendimento (MdE) na Área de Biocombustíveis. A assinatura do Plano de Ação Brasil-Moçambique na área de Biocombustíveis, instrumento fundamental para a implementação do MdE, ocorreu em outubro de 2011.

No âmbito da cooperação trilateral Brasil-UE-Moçambique, ocorreu, em fevereiro de 2011, a cerimônia de lançamento do estudo de viabilidade da produção de bioenergia em Moçambique. O levantamento a ser levado a cabo pelos técnicos da FGV visa a identificar áreas propícias para o cultivo, de maneira sustentável, das principais matérias-primas utilizadas para a produção de bioenergia. O estudo, cuja entrega deverá ocorrer em 2012 em cerimônia a ser realizada em Maputo, será a base para montar projeto agro-industrial de produção de biocombustíveis, a ser divulgado junto a empresas no Brasil e em Moçambique.

Em dezembro de 2011, foi assinado protocolo de intenções entre a Petrobrás, a Petrobrás Biocombustíveis (PBIO), a Guarani (grupo sucroalcooleiro controlado pela Téreos Internacional), a PETROMOC e os Ministérios da Energia e dos Recursos Minerais de Moçambique. O instrumento deverá viabilizar a produção de etanol a partir do melaço de cana-de-açúcar em Moçambique com vistas a atender à decisão do Governo local de dar início, a partir de 2012, à mistura compulsória de bioetanol e biodiesel aos combustíveis.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não existem créditos de Moçambique sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

Em 2000, o Brasil anunciou o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique, cujo valor total chegava a 447,7 milhões de dólares.

Comunidade brasileira

Atualmente, estão registrados na Embaixada cerca de 2.900 brasileiros. Estima-se que a população brasileira total esteja ao redor de 3.500. Desse número, aproximadamente 45% são missionários (em trabalho para variadas congregações

católicas e, principalmente, evangélicas); o contingente remanescente é majoritariamente composto pelos funcionários de grandes empresas brasileiras presentes no país - Vale, Odebrecht e Camargo Correa - e seus familiares, além de funcionários de entidades que prestam cooperação técnica em Moçambique.

A Embaixada não tem conhecimento de associações e entidades brasileiras em atividade em Moçambique. Em novembro de 2010, por ocasião da visita do Presidente Lula a Maputo, foi instalado o Conselho de Cidadãos de Moçambique. O órgão teria a função, entre outras, de catalisar iniciativas que possam ter impacto direto sobre os brasileiros residentes em Moçambique, inclusive nas áreas de educação, saúde e cultura.

Colônia portuguesa por mais de 400 anos, Moçambique tornou-se independente em 1975. O líder revolucionário de inspiração socialista, Samora Machel, da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), governou o país desde a independência até 1986, quando faleceu em acidente aéreo. Durante quase todo o mandato de Machel e até 1992, Moçambique esteve envolvido com a guerra civil que opôs a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) ao Governo da FRELIMO. Desde a assinatura do Acordo Geral de Paz (1992) e das primeiras eleições multipartidárias (1994), a democratização de Moçambique vem-se consolidando gradualmente.

O fato de o Acordo Geral de Paz ter sido implementado sem maiores turbulências conferiu grande prestígio internacional a Moçambique. A realização de eleições gerais multipartidárias (1994, 1999, 2004 e 2009) de forma regular, democrática e pacífica; o pleno funcionamento da Assembleia da República; a crescente liberdade de expressão, religiosa e de associação; e o satisfatório desempenho da economia moçambicana consolidaram a posição de Moçambique como país modelo, a ser emulado por Estados em situação pós-conflito.

Armando Guebuza é o terceiro Presidente da República desde a independência. Seu antecessor, Joaquim Chissano (que, por sua vez, sucedeu a Samora Machel), assegurou seu lugar na história ao lograr a assinatura do Acordo Geral de Paz e promover as reformas políticas e econômicas que conduziram o país ao sistema multipartidário e à economia de mercado. Chissano, entretanto, enfrentou desgaste ao cabo de 18 anos no cargo. Guebuza ascendeu ao poder com a agenda de recuperar a credibilidade da FRELIMO e assegurar mudanças rápidas e radicais na prestação de serviços públicos e no combate à corrupção e à ineficiência da máquina estatal.

Em outubro de 2009, foram realizadas eleições presidenciais, legislativas e provinciais. Os principais candidatos foram Armando Guebuza (FRELIMO) Afonso Dhlakama (RENAMO) e Daviz Simango (MDM). A celebração do pleito, apesar de alguns percalços localizados, constituiu nova etapa no processo de consolidação da democracia moçambicana. Três representantes brasileiros participaram da Missão de Observação Eleitoral da CPLP, que, em sua apreciação final, considerou as eleições transparentes e legítimas.

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) proclamou o seguinte resultado: Guebuza obteve 75% dos votos; Dhlakama, 16%; e Simango, 8%. A abstenção foi de 55%. Nas eleições parlamentares, a FRELIMO obteve 75% dos votos (191 cadeiras na Assembleia Nacional); a RENAMO, 18% (51 cadeiras) e o MDM, partido novo no cenário político moçambicano, 4% (8 cadeiras). A RENAMO questionou o resultado das eleições, apelando à Corte Constitucional, que, no entanto, validou o resultado publicado pela CNE.

Em janeiro de 2010, Aires Ali foi indicado Primeiro-Ministro pelo Presidente Guebuza, em substituição a Luisa Diogo, que ocupava o cargo desde 2004.

No âmbito regional, Moçambique se projeta pelo apoio que prestou à luta pela independência de Zimbábue, Namíbia e Angola e contra o *apartheid* sul-africano, bem como por sua experiência em reconstrução pós-conflito.

Destaca-se, entre os objetivos da política externa moçambicana, o estabelecimento de parcerias estratégicas, com vistas a angariar recursos para a implementação de um Programa de Governo para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

As mais importantes iniciativas em política externa estão, assim, voltadas para a promoção de investimentos e a manutenção das ajudas diretas que permitam ao Estado moçambicano manter o equilíbrio orçamentário e os investimentos sociais. São também buscadas formas de favorecer a transferência de tecnologias, a capacitação e a formação especializada de quadros.

Moçambique aposta também na integração regional no âmbito da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Em novembro de 1995, Moçambique tornou-se o 53º membro da *British Commonwealth*, sendo o primeiro não pertencente ao antigo Império britânico. É também membro fundador da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e observador da Organização Internacional da Francofonia (OIF).

África

A integração regional no âmbito da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) é um dos pilares da política externa de Moçambique. O país ocupa posição importante na Organização, cujo atual Secretário-Executivo é o moçambicano Tomaz Salomão.

No âmbito continental, Moçambique tem também apoiado a “Nova Parceria para o Desenvolvimento da África” (NEPAD). O moçambicano Firmino Mucavele esteve à frente do Secretariado Executivo do órgão entre 2006 e 2008.

Entre os parceiros africanos de Moçambique, a África do Sul ocupa posição de destaque. Embora as relações diplomáticas oficiais entre os dois países tenham sido estabelecidas apenas após o fim do *apartheid*, atualmente a África do Sul é o principal parceiro comercial e o maior investidor em Moçambique.

A relação entre Moçambique e Angola, segunda maior economia da SADC, apesar do histórico de colonização comum e das similaridades da luta pré e pós-independência, é historicamente distante. Em 2010, uma série de eventos bilaterais pareceu inaugurar uma fase de aproximação entre os países, tendo os governos assinado ambicioso acordo de cooperação. Além disso, durante a realização da VIII Comista bilateral, Angola anunciou o perdão de 50% da dívida de Moçambique, estimada em US\$ 60 milhões, gesto acolhido com entusiasmo pelo Governo e pela opinião pública.

Países desenvolvidos

Os principais parceiros internacionais de Moçambique estão agrupados nos chamados Parceiros de Apoio Programático (PAP), ou G-19, responsáveis pelo apoio direto ao orçamento moçambicano. Integram o grupo: Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Países Baixos, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Reino Unido, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial e Comissão Europeia. Estados Unidos, Japão, FMI e PNUD são observadores. Em 2006, os parceiros eram 18; em 2005, 17.

A vultosa contribuição financeira direta confere ao G-19 acesso privilegiado ao Governo e capacidade evidente de interferência nos rumos das políticas públicas moçambicanas.

Estados Unidos e Japão, embora não façam parte do G-19 (não praticam doações orçamentárias diretas), estão entre os principais provedores de cooperação a Moçambique. Os EUA são o maior colaborador individual de Moçambique. Já o montante da doação japonesa rivaliza com o orçamento de cooperação dos principais membros do G-19.

Países emergentes

Em consequência da política da Índia de estreitar laços com a SADC, as relações bilaterais com Moçambique têm-se aprofundado. Em 2006, o Governo indiano abriu linha de crédito bilateral de US\$ 40 milhões para Moçambique. Em setembro de 2010, durante visita do Presidente Guebuza a Nova Délhi, foi anunciada expansão da linha para US\$ 500 milhões. Em 2009, a Índia tornou-se o quarto maior investidor em Moçambique e o terceiro maior parceiro comercial.

A nova política africana da China também incrementou o perfil das relações de Pequim com Maputo. Marco do aprofundamento das relações bilaterais foi a primeira visita oficial a Moçambique do Presidente Hu Jintao, em fevereiro de 2007. Nessa ocasião, o líder chinês anunciou o perdão da dívida moçambicana, de US\$ 20 milhões. Também foram assinados diversos acordos de cooperação, no valor de US\$ 234 milhões. Em janeiro de 2010, a China acordou com Moçambique empréstimo no valor de US\$ 14,7 milhões e a doação de US\$ 7,3 milhões.

Também naquele ano, empresários chineses estiveram em Maputo e anunciaram intenção de investir até US\$ 13 bilhões em Moçambique entre 2011 e 2015, numa carteira de projetos que inclui desde a construção de um bairro residencial inteiro na capital até a instalação de uma montadora de automóveis. O setor de infraestruturas é o de mais forte atuação chinesa. O país já participou da construção de estradas, aeroportos, estádio e prédios públicos.

Em 2009, a China chegou a ser o segundo maior investidor estrangeiro em Moçambique (US\$ 76,8 milhões), atrás da África do Sul (US\$ 136 milhões). Atualmente, o país ocupa apenas a sexta colocação no ranking de investidores estrangeiros, com US\$ 7,25 milhões.

Em agosto de 2011, o Presidente Guebuza visitou a China com o propósito de atrair mais investimentos daquele país para Moçambique. Além disso, foram assinados diversos acordos de cooperação técnica e financeira.

O comércio bilateral com a China tem aumentado gradualmente, mas em 2010 ainda se encontrava na faixa relativamente modesta, de USD 690 milhões (com déficit moçambicano de USD 290 milhões).

CPLP

A República de Moçambique exerceu, de julho de 2000 a julho de 2002, a Presidência pró-tempore da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na figura do ex-Presidente Joaquim Chissano, e a reassumirá no corrente ano, pela segunda vez, por ocasião da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, prevista para julho de 2012.

Em recente Comunicado Conjunto, por ocasião da visita da Presidenta Dilma Rousseff a Moçambique, em outubro de 2011, os Governos do Brasil e de Moçambique reiteraram o compromisso com o fortalecimento da CPLP e com a consecução de seus objetivos estatutários, a saber, a concertação político-diplomática, a cooperação em todas as áreas e a promoção e difusão da língua portuguesa.

O Governo de Moçambique deverá indicar o próximo Secretário Executivo da CPLP (a rotatividade da indicação do SE-CPLP é feita por ordem alfabética de país), autoridade que representa o principal órgão executivo da Comunidade. Pela primeira vez, haverá na CPLP um Presidente pró-tempore e um Secretário Executivo da mesma nacionalidade.

Moçambique é hoje um país com grau relativamente alto de estabilidade. Por essa razão tem sido destino regular de investimentos na África. Os principais parceiros têm estendido linhas de crédito para apoiar exportações, execução de projetos e firmar presença no mercado do país, que registra índices elevados de crescimento há mais de 10 anos. A média, no período de 2005 a 2009, foi de 7,6%, sendo que as projeções para 2012 sinalizam crescimento de 8% do PIB. O cenário de estabilidade econômica projetado para Moçambique está ancorado, por um lado, pelo “Policy Support Instrument (PSI)”, acordo de três anos firmado em 2010 com o FMI e, por outro lado, pelo “Programa Quinquenal do Governo para 2010-2014”. Ambos os instrumentos têm sido responsáveis pela orientação seguida pelas autoridades locais em matéria de política monetária e fiscal.

A *Economist Intelligence Unit* estima que os maciços investimentos estrangeiros diretos canalizados para o setor de mineração e seu consequente impacto positivo sobre a economia moçambicana em geral tornarão possível sólido incremento da arrecadação fiscal no período 2012-2016, viabilizando a injeção de recursos públicos nas áreas de saúde, educação e infraestrutura básica. Pesquisas recentes apontam, entretanto, para uma manutenção, em linhas gerais, ao longo dos últimos dez anos, de preocupante quadro de pobreza (mais de 50% da população tem estado abaixo da linha de pobreza, apesar as altas taxas de crescimento).

As autoridades monetárias locais (Banco de Moçambique) deverão também adotar uma política monetária mais austera, reduzindo a oferta de liquidez no mercado, não somente para assegurar a estabilidade do “Metical”, mas também para manter as pressões inflacionárias sob controle, considerando o risco que súbitas elevações de preços ao consumidor possam representar para a manutenção da estabilidade social do país. Recorde-se que Moçambique fechou o ano de 2010 com uma taxa acumulada de inflação de 16,6%, a mais alta em 10 anos. Contribuíram para tanto a alta dos preços das importações de alimentos e combustíveis e a depreciação do Metical. A política de austeridade fiscal adotada pelo país está alinhada com as recomendações do FMI para o saneamento das contas públicas locais. As previsões são de que as receitas superarão as despesas no período em consideração, permitindo que o déficit fiscal do país se reduza para 0,6% do PIB em 2016.

O Produto Interno Bruto (PIB) moçambicano, medido a preços correntes, atingiu quase US\$ 10 bilhões em 2010, tendo passado para US\$ 12,5 bilhões em 2011, e com perspectivas de alcançar os patamares de US\$ 16 bilhões em 2012 e US\$ 18,5 bilhões em 2013. No momento, os investimentos no país (e as exportações) estão concentrados nos chamados “megaprojetos”, que gozam de benefícios fiscais expressivos. Entre eles, incluem-se a hidrelétrica de Cahora Bassa, Mozal (fábrica de alumínio), Kenmare (areais pesadas), Sasol (gás natural) e o carvão de Moatize, explorado por número crescente de companhias, a principal das quais a Vale. Os megaprojetos, portanto, em conjunto com projetos implantados em Zonas Econômicas Especiais e Zonas Francas industriais, constituem investimentos âncora que alavancam a economia nacional, facilitando o desenvolvimento de pequenas e

médias empresas que lhes prestam serviços, a transferência de tecnologias e o aumento das exportações.

O setor industrial segue sendo o de maior crescimento anual, com variações anuais que deverão alcançar 10% até 2013 (segundo a EIU), seguido do setor de serviços e de agricultura. São grandes as perspectivas de crescimento da área de serviços em Moçambique, haja vista que o país espera receber volumes cada vez maiores de investimentos destinados à ampliação da rede hoteleira e modernização dos serviços financeiros.

Em síntese, o potencial econômico do país é significativo. A estabilidade política é reconhecida, a despeito de inquietações em momentos de crise. Há segurança jurídica e incentivo ao investimento estrangeiro, como facilidades para repatriação de até 100% dos lucros e benefícios fiscais para empresas que se instalam. Há necessidade e disposição do Governo para desenvolver infraestruturas ao longo do território nacional (ferrovias, portos, estradas, barragens, linhas de transmissão). Trata-se de uma necessidade indiscutível e projetos na área contam com apoio do Banco Mundial/IFC, do Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico da África (e instituições financeiras de países árabes em busca de projetos no continente), de bancos de desenvolvimento europeus, além do endosso do FMI.

Energia

O setor canavieiro tem crescido significativamente, desde a privatização das empresas estatais, compradas por grupos da África do Sul e de Maurício. A produção de biocombustíveis, ainda não iniciada, mas que contabiliza investimentos vultosos, constitui uma das grandes apostas do país, em razão da posição geográfica próxima aos principais mercados da Ásia e, sobretudo, da África do Sul. Em junho de 2011, o Governo moçambicano realizou anúncio oficial da aprovação da mistura de bioetanol e biodiesel aos combustíveis de transportes, criando as bases para a sustentabilidade e a viabilidade comercial dos projetos de produção de biocombustíveis. O regulamento aprovado pode ser considerado, em grande medida, fruto do diálogo entre o Brasil e Moçambique no campo dos biocombustíveis.

O crescimento nos setores de mineração e energia também é significativo, embora a exploração seja recente. O país dispõe de um dos mais elevados potenciais de produção de hidroeletricidade da África (12.500 MW), para um consumo interno que atinge meros 350 MW. A África do Sul é a grande compradora do excedente.

Recentemente, foram descobertas grandes reservas de gás natural na região da bacia do rio Rovuma, norte de Moçambique. Se confirmado o potencial econômico-comercial estimado, essas descobertas podem significar a continuação da tendência de que Moçambique seja importante destino de investimento em grandes projetos de exploração de recursos naturais.

ANEXOS

Cronologia Histórica

| |
|---|
| 1962 – Nacionalistas moçambicanos exilados reúnem-se na Tanzânia e formam a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), liderada por Eduardo Mondlane. |
| 1974 – Revolução dos Cravos em Portugal. Novo governo português concorda com o fim do império. Portugal e FRELIMO assinam o Acordo de Lusaca. |
| 1975 – Moçambique se torna independente. A FRELIMO governa o país sob regime de partido único, com Samora Machel como Presidente da República. |
| 1976 – A capital Lourenço Marques passa a ser chamada Maputo. Forças da RENAMO, grupo de oposição à FRELIMO, são armadas e treinadas pelo Governo segregacionista de Ian Smith (Rodésia). Moçambique impõe sanções econômicas à Rodésia. |
| 1977 – A FRELIMO adota a doutrina marxista-leninista. |
| 1980 – Com o fim do regime de Ian Smith na Rodésia, a RENAMO passa a ser apoiada pela África do Sul. |
| 1984 – O cessar-fogo é rompido e a RENAMO retoma as hostilidades. |
| 1986 – Presidente Samora Machel morre e é substituído por Joaquim Chissano. |
| 1989 – A FRELIMO abandona o marxismo. |
| 1990 – O Governo emenda a constituição e estabelece o multipartidarismo. Têm início as negociações entre o Governo e a RENAMO. |
| 1992 – Presidente Chissano e o líder da RENAMO, Afonso Dhaklama, assinam Acordo de Paz em Roma; estabelecida Missão de Paz da ONU para Moçambique (ONUMOZ). |
| 1994 – Chissano é reeleito. |
| 1995 – Moçambique se torna membro da “ <i>Commonwealth</i> ”. |
| Dez/99 – Chissano derrota Dhaklama nas eleições presidenciais. |
| Jun/02 – Chissano anuncia que não concorrerá a um terceiro mandato e a FRELIMO escolhe Armando Guebuza, veterano da independência, como candidato em 2004. |
| Fev/05 – Guebuza vence Afonso Dhlakama nas eleições; na posse, o Governo brasileiro é representado pelo ex-Vice-Presidente José Alencar. |
| Jul/06 – Banco Mundial cancela a maior parte da dívida de Moçambique. |
| Fev/07 – Presidente da China, Hu Jintao, visita Maputo e promete linha de crédito especial para as áreas de saúde, agricultura e infraestrutura. |
| Out/09 - Eleições presidenciais, parlamentares e provinciais; Guebuza é reeleito. |
| Jan/10 - Cerimônia de posse do Presidente Guebuza; o Governo brasileiro é representado pelo ex-Ministro da Saúde, José Gomes Temporão. |

Cronologia das Relações Bilaterais

| |
|---|
| 1975: Moçambique conquista a independência (25/jun); Brasil e Moçambique estabelecem relações diplomáticas (31/dez). |
| Jan/76: Abertura da Embaixada do Brasil em Maputo. |
| 1981: Assinatura do Acordo Geral de Cooperação. |
| 1982: I Reunião da Comissão Mista (criada pelo Acordo Geral de Cooperação), em Maputo. |
| 1989: II Reunião da Comissão Mista, em Maputo. |
| 1989: Inauguração do Centro de Estudos Brasileiros. |
| 1993/1994: Contribuição brasileira para as forças de paz da ONU que monitoraram o processo de paz moçambicanos. A UNOMOZ foi comandada, durante o primeiro ano, pelo General brasileiro Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva. |
| Jan/98: Abertura da Embaixada de Moçambique no Brasil. |
| Jul/00: Visita oficial do então Presidente Fernando Henrique Cardoso a Maputo (III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP). |
| 2000: Anúncio do perdão de 95% da dívida de Moçambique com o Brasil. A dívida chegava a US\$ 447,7 milhões (COMACE, 1999) |
| Jun/01: Visita oficial do então Presidente Joaquim Chissano a Brasília; o Presidente moçambicano participou também da Cúpula do Mercosul, em Assunção. |
| Ago/02: Visita do então Presidente Joaquim Chissano a Brasília (IV Cúpula da CPLP). |
| Mar/03: Visita do então chanceler Celso Amorim a Maputo. |
| Nov/2003: Visita oficial do então Presidente Lula a Maputo, quando foram assinados 11 novos instrumentos de cooperação, com destaque para o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Saúde, com vista à construção de laboratório para fabricação de medicamentos antirretrovirais genéricos. |
| Ago-set/04: Visita oficial do então Presidente Joaquim Chissano a Brasília, quando foi assinado acordo para o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique com o Brasil, no valor de US\$ 280 milhões. |
| Mar/05: Visita do então chanceler Celso Amorim a Maputo. |
| Jun07: Governo moçambicano aprova proposta da Vale para exploração das jazidas carboníferas de Moatize. |
| Set/07: Visita do Presidente Armando Guebuza ao Brasil, na condição de convidado de honra nas comemorações do Dia da Independência. |
| Set/08: Visita do chanceler Oldemiro Balói a Brasília. |

| |
|--|
| Out/08: Visita do então Presidente Lula a Maputo; inauguração da sede provisória do Escritório da FIOCRUZ-África. |
| Jul/09: Visita do Presidente Guebuza ao Brasil. |
| Dez/09: Aprovação pela CAMEX e pelo COFIG de mecanismo de financiamento do BNDES para obras de infraestrutura em Moçambique, no valor de US\$ 300 milhões. |
| Jun/10: V Reunião da Comissão Mista Bilateral, em Brasília. |
| Nov/10: Visita do então Presidente Lula a Maputo; inauguração da fase inicial de operações da Fábrica de Antirretrovirais e lançamento oficial dos três primeiros pólos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique. |
| Jun/11: Visita do chanceler Oldemiro Balói a Brasília. |
| Out/11: Visita da Presidenta Dilma Rousseff a Maputo. |

ATOS BILATERAIS EM VIGOR

| TÍTULO | Data da assinatura | Data da entrada em vigor | Data da publicação |
|---|--------------------|--|--|
| Acordo para Implementação do Projeto "Implantação de um Centro de Formação Profissional para Escritórios e Administração" | 10/04/1980 | 10/04/1980 | 06/05/1980 |
| Acordo de Cooperação | 15/09/1981 | 08/06/1984 | 10/07/1984 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação de 15/09/1981, no Campo das Comunicações. | 15/05/1987 | 15/05/1987 | 02/06/1987 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação, na Área de Agricultura Irrigada | 27/05/1989 | 27/05/1989 | 24/10/1989 |
| Acordo de Cooperação Cultural | 01/06/1989 | 26/04/1991 | 03/07/1991 |
| Ajuste Complementar ao Acordo-Geral de Cooperação no Campo da Mineração | 18/07/1997 | 18/07/1997 | 08/06/1997 |
| Acordo sobre o Uso dos Imóveis da República de Moçambique pelo Brasil | 18/07/2000 | 18/07/2000 | 10/08/2008 |
| Acordo de Cooperação entre o Brasil e Moçambique sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes, Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Ativos e outras Transações Financeiras Fraudulentas | 31/08/2004 | 26/09/2008 | 23/01/2009 |
| Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural sobre Cooperação na Área da Comunicação Social | 31/08/2004 | 31/08/2004 | 09/09/2004 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação no Âmbito da Segurança Pública | 31/08/2004 | 31/08/2004 | 09/09/2004 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento da Horta-Fruticultura em Moçambique" | 06/07/2007 | 06/07/2007 | 10/09/2007 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição" | 06/07/2007 | 06/07/2007 | 10/09/2007 |
| Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas | 06/07/2007 | 20/10/2009 (PDS 659/2009, aprovado em 14/10/2009) | Aguarda ratificação interna por Moçambique |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Educação Ambiental em Moçambique" | 09/07/2007 | 09/07/2007 | 10/09/2007 |

| | | | |
|--|------------|------------|------------|
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto “Apoio à Construção de Cisternas, Barragens Subterrâneas, Captação de Água de Chuva <i>in situ</i> e Jardins Produtivos em Comunidades Rurais de Moçambique” | 06/09/2007 | 06/09/2007 | 24/09/2007 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Implementação do Projeto “Capacitação Técnica em Ciências Florestais” | 02/07/2008 | 02/07/2008 | 06/08/2008 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Órgão Regulador de Medicamentos de Moçambique como Agente Regulador do Setor Farmacêutico” | 04/09/2008 | 04/09/2008 | 15/09/2008 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Capacitação em Produção de Medicamentos Anti-Retrovirais e outros Medicamentos” | 04/09/2008 | 04/09/2008 | 15/09/2008 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Brasil e Moçambique para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional e Técnico do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade de Moçambique” | 04/09/2008 | 04/09/2008 | 15/09/2008 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Brasil e Moçambique, para Implementação do Projeto “Inserção Social pela Prática Desportiva – Fase II” | 16/10/2008 | 16/10/2008 | 22/10/2008 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Brasil e Moçambique, para Implementação do Projeto “Programa de Educação Alimentar e Nutricional – Cozinha Brasil-Moçambique” | 16/10/2008 | 16/10/2008 | 22/10/2008 |
| Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e Moçambique nas Áreas Audiovisual e Cinematográfica | 16/10/2008 | 16/10/2008 | 22/10/2008 |
| Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e Moçambique para Cooperação em Matéria de Comunicação Social | 16/10/2008 | 16/10/2008 | 22/10/2008 |
| Programa Executivo do Acordo Geral de Cooperação entre Brasil e de Moçambique para o Projeto “Apoio ao Desenvolvimento Gerencial Estratégico do Governo de Moçambique” | 06/05/2009 | 06/05/2009 | 15/05/2009 |

| | | | |
|--|------------|------------|------------|
| Programa Executivo do Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique e para o Projeto “Apoio à Implementação do Sistema Nacional de Arquivos de Estado” | 08/05/2009 | 08/05/2009 | 15/05/2009 |
| Programa Executivo ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para o Projeto “Capacitação Técnica em Matéria de Prisões” | 21/07/2009 | 21/07/2009 | 29/07/2009 |
| Programa Executivo ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para o Projeto “Implantação de Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique” | 21/07/2009 | 21/07/2009 | 29/07/2009 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento de um Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique” | 17/06/2010 | 17/06/2010 | 20/10/2010 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Ações de Prevenção e Controle do Câncer” | 16/07/2010 | 01/12/2010 | 01/12/2010 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto: Implantação de Projeto Piloto de Terapia Comunitária em Moçambique, como Recurso de Promoção da Saúde | 16/07/2010 | 01/12/2010 | 01/12/2010 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento da Política Nacional de Saúde Oral em Moçambique: Pesquisa em Saúde Oral – Maputo” | 05/10/2010 | 05/10/2010 | 07/01/2011 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio ao Sistema de Atendimento Oral de Moçambique – Implementação de Laboratório de Referência em Prótese Dentária em Maputo” | 05/10/2010 | 05/10/2010 | 07/01/2011 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Implantação de Banco de Leite Humano e de Centro de Lactação em Moçambique” | 09/11/2010 | 09/11/2010 | 07/01/2011 |

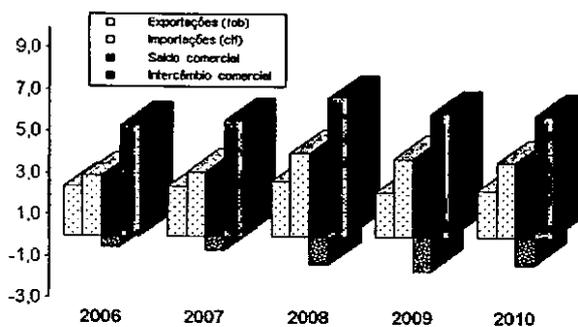
| | | | |
|--|------------|------------|---|
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio à Implantação do Centro de Tele-Saúde, da Biblioteca e do Programa de Ensino à Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente de Moçambique” | 09/11/2010 | 09/11/2010 | 07/01/2011 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação “Programa de Cooperação entre a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Ministério da Educação (MINED), a Universidade Pedagógica (UP) e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) de Moçambique” | 09/11/2010 | 09/11/2010 | 07/01/2011 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio à Requalificação do Bairro Chamanculo “C” no Âmbito da Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização dos Assentamentos Informais do Município de Maputo” | 09/11/2010 | 09/11/2010 | 07/01/2011 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Incremento da Capacidade de Pesquisa e de Difusão Tecnológica para o Desenvolvimento Agrícola do Corredor de Nacala, Moçambique” | 09/11/2010 | 09/11/2010 | 07/01/2011 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do “Projeto de Modernização da Previdência Social de Moçambique” | 03/12/2010 | 03/12/2010 | 17/06/2011 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados” | 19/01/2011 | 19/01/2011 | 10/08/2011 |
| Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para o Projeto de Instalação da Fábrica de Antirretrovirais e Outros Medicamentos | 22/12/2011 | 22/12/2011 | Tramitação na Casa Civil (Aguarda publicação) |

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

MOÇAMBIQUE: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

| DESCRIÇÃO | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 (jan-ago) |
|-----------------------|------|------|------|------|------|-------------------|
| Exportações (fob) | 2,4 | 2,4 | 2,7 | 2,1 | 2,2 | 2,1 |
| Importações (cif) | 2,9 | 3,1 | 4,0 | 3,8 | 3,6 | 3,9 |
| Saldo comercial | -0,5 | -0,7 | -1,4 | -1,6 | -1,3 | -1,8 |
| Intercâmbio comercial | 5,3 | 5,5 | 6,7 | 5,9 | 5,8 | 6,0 |

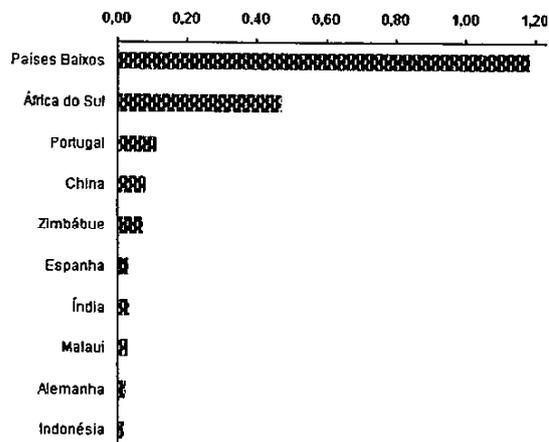
Elaborado pelo IPE/IDPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.



O comércio exterior moçambicano não apresentou significativa variação nos últimos anos. Em 2010, houve uma variação de 10% em relação a 2006, passando de US\$ 5,3 bilhões para US\$ 5,8 bilhões. No ranking do FMI, Moçambique figurou como o 128º mercado mundial, sendo o 126º principal exportador e o 117º importador.

MOÇAMBIQUE: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões

| Descrição | 2010 | | 2011 (jan-ago) | |
|----------------------|-------------|---------------|-------------------|---------------|
| | | % no total | | % no total |
| Países Baixos | 1,18 | 52,7% | 0,02 | 1,1% |
| África do Sul | 0,47 | 20,8% | 0,35 | 16,6% |
| Portugal | 0,11 | 4,8% | 0,02 | 1,1% |
| China | 0,08 | 3,5% | 0,12 | 5,6% |
| Zimbábue | 0,07 | 3,2% | 0,05 | 2,6% |
| Espanha | 0,03 | 1,3% | 0,20 | 9,7% |
| Índia | 0,03 | 1,3% | 0,05 | 2,5% |
| Malawi | 0,03 | 1,2% | 0,02 | 1,0% |
| Alemanha | 0,02 | 0,9% | 0,03 | 1,3% |
| Indonésia | 0,02 | 0,8% | 0,02 | 0,7% |
| ... | | | | |
| Brasil | 0,0 | 0,0% | 0,00 | 0,1% |
| Subtotal | 2,03 | 90,5% | 0,89 | 42,3% |
| Outros países | 0,21 | 9,5% | 1,21 | 57,7% |
| Total | 2,24 | 100,0% | 2,10 | 100,0% |

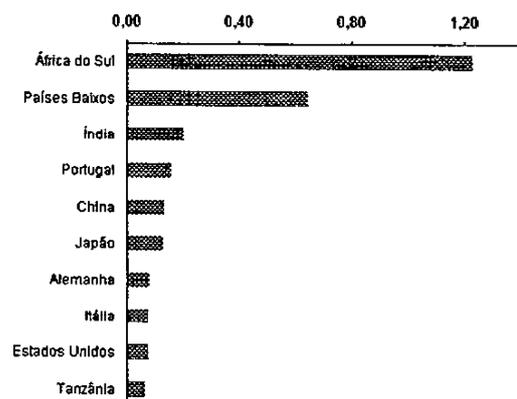


Elaborado pelo MRE/DP/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.

Um pouco mais da metade das exportações de Moçambique é destinada aos Países Baixos. Em 2010, as importações holandesas somaram 53% do total, seguidas da África do Sul (21%); Portugal (5%); China (4%); e Zimbábue (3%). O Brasil obteve o 42º lugar entre os principais destinos em 2010, com vendas em torno de US\$ 81 mil.

MOÇAMBIQUE: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

| Descrição | 2010 | | 2011 (jan-ago) | |
|----------------------|-------------|---------------|-------------------|---------------|
| | | % no total | | % no total |
| África do Sul | 1,23 | 34,4% | 0,92 | 23,5% |
| Países Baixos | 0,64 | 18,0% | 0,04 | 1,0% |
| Índia | 0,20 | 5,6% | 0,29 | 7,5% |
| Portugal | 0,15 | 4,3% | 0,21 | 5,5% |
| China | 0,13 | 3,6% | 0,51 | 13,1% |
| Japão | 0,13 | 3,5% | 0,05 | 1,3% |
| Alemanha | 0,08 | 2,2% | 0,04 | 0,9% |
| Itália | 0,07 | 2,1% | 0,04 | 1,0% |
| Estados Unidos | 0,07 | 2,1% | 0,33 | 8,6% |
| Tanzânia | 0,06 | 1,7% | 0,05 | 1,2% |
| ... | | | | |
| Brasil | 0,02 | 0,6% | 0,06 | 1,6% |
| Subtotal | 2,79 | 78,3% | 2,54 | 65,2% |
| Outros países | 0,77 | 21,7% | 1,36 | 34,8% |
| Total | 3,56 | 100,0% | 3,90 | 100,0% |



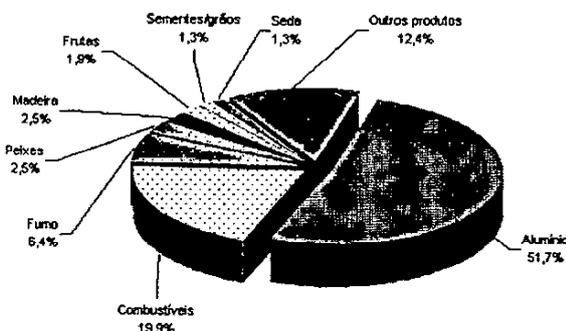
Elaborado pelo MRE/DP/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.

A África do Sul é o principal fornecedor de bens a Moçambique. Em 2010 respondeu com 34% do total, seguido dos Países Baixos (18%); Índia (6%); Portugal (4%); China (4%); Japão (4%); Alemanha (2%) e Itália (2%). O Brasil posicionou no 16º lugar, com 0,6% da demanda importadora do país.

MOÇAMBIQUE: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ bilhões

| Descrição | 2010 | % no total |
|-----------------|------|---------------|
| Alumínio | 1,16 | 51,7% |
| Combustíveis | 0,45 | 19,9% |
| Fumo | 0,14 | 6,4% |
| Peixes | 0,06 | 2,5% |
| Madeira | 0,06 | 2,5% |
| Frutas | 0,04 | 1,9% |
| Sementes/grãos | 0,03 | 1,3% |
| Seda | 0,03 | 1,3% |
| Subtotal | 1,96 | 87,6% |
| Outros produtos | 0,28 | 12,4% |
| Total | 2,24 | 100,0% |



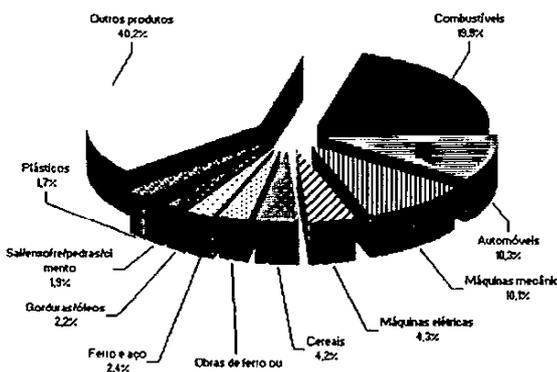
Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

Alumínio foi responsável por 52% da pauta de exportação de Moçambique em 2010. Em seguida destacaram-se: combustíveis (20%); fumo (6%); pescados (3%); madeira (3%); e frutas (2%).

MOÇAMBIQUE: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

US\$ bilhões

| Descrição | 2010 | % no total |
|----------------------------|------|---------------|
| Combustíveis | 0,71 | 19,9% |
| Automóveis | 0,37 | 10,3% |
| Máquinas mecânicas | 0,36 | 10,1% |
| Máquinas elétricas | 0,15 | 4,3% |
| Cereais | 0,15 | 4,2% |
| Obras de ferro ou aço | 0,10 | 2,9% |
| Ferro e aço | 0,09 | 2,4% |
| Gorduras/óleos | 0,08 | 2,2% |
| Sal/enxofre/pedras/cimento | 0,07 | 1,9% |
| Plásticos | 0,06 | 1,7% |
| Subtotal | 2,13 | 59,8% |
| Outros produtos | 1,43 | 40,2% |
| Total | 3,56 | 100,0% |



Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

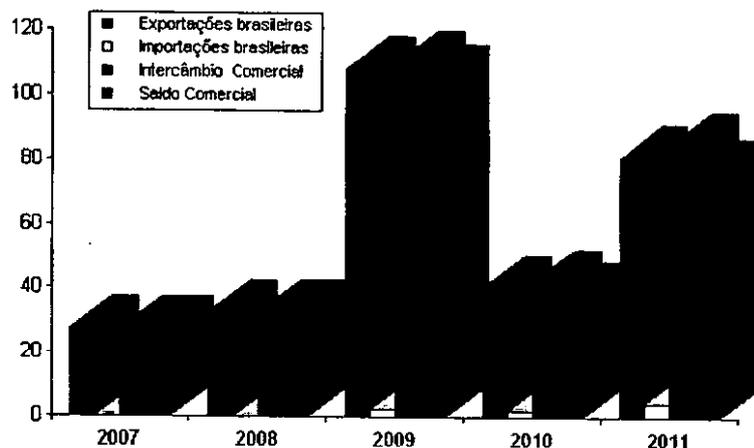
A pauta de importação de Moçambique é bastante diversificada, mas os combustíveis, automóveis e máquinas mecânicas lideraram a pauta com participação conjunta de 40% no total em 2010. Destacaram, também: máquinas elétricas (4%); cereais (4%); e obras de ferro e aço (2%).

BRASIL-MOÇAMBIQUE: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

| DESCRIÇÃO | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|------------------------------------|---------|----------|-----------|--------|--------|
| Exportações brasileiras | 27 | 32 | 108 | 40 | 81 |
| Varição em relação ao ano anterior | -22,5% | 18,6% | 233,8% | -62,7% | 101,1% |
| Importações brasileiras | 0 | 0 | 2 | 2 | 4 |
| Varição em relação ao ano anterior | -100,0% | 53954,1% | 106000,0% | -5,7% | 104,5% |
| Intercâmbio Comercial | 27 | 32 | 110 | 42 | 85 |
| Varição em relação ao ano anterior | -22,5% | 18,6% | 240,4% | -61,6% | 101,2% |
| Saldo Comercial | 27 | 32 | 106 | 38 | 77 |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Moçambique foi o 113º principal parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 212%, passando de US\$ 27 milhões, para US\$ 85 milhões. No ano de 2011 as exportações saltaram para US\$ 4 milhões frente aos US\$ 37,00. em 2007. A participação de Moçambique no comércio exterior brasileiro foi de 0,02% em 2011.

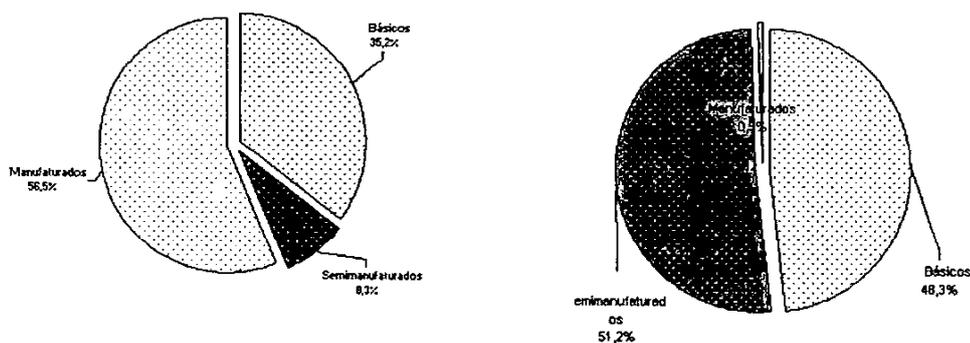


BRASIL-MOÇAMBIQUE: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

| DESCRIÇÃO | EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS | | IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS | |
|-------------------|-------------------------|---------------|-------------------------|---------------|
| | VALOR | PART.% | VALOR | PART.% |
| Básicos | 28,5 | 35,2% | 2,0 | 48,3% |
| Semimanufaturados | 6,7 | 8,3% | 2,1 | 51,2% |
| Manufaturados | 45,9 | 56,5% | 0,0 | 0,5% |
| Total | 81,2 | 100,0% | 4,1 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DP/CDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para Moçambique são compostas em sua maior parte por bens manufaturados, que representaram 57% das vendas em 2011. Em seguida estão os produtos básicos, com 35% e os semimanufaturados com 8%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos semimanufaturados representaram 51% do total em 2011, seguido dos básicos com 48%.



BRASIL-MOÇAMBIQUE: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

| DESCRIÇÃO | 2009 | 2010 | 2011 | | Exportações brasileiras para Moçambique, 2011 |
|-------------------------------|--------------|-------------|-------------|---------------|---|
| | | | Valor | % no total | |
| Cereais | 0,0 | 2,4 | 12,2 | 15,0% | 12,2 |
| Carnes | 13,3 | 9,0 | 11,2 | 13,8% | 11,2 |
| Máquinas mecânicas | 5,2 | 3,9 | 8,4 | 10,4% | 8,4 |
| Gorduras/óleos | 0,1 | 0,1 | 6,7 | 8,2% | 6,7 |
| Veículos para vias férreas | 0,0 | 0,2 | 6,3 | 7,8% | 6,3 |
| Resíduos das indústrias alim. | 0,4 | 0,4 | 5,3 | 6,5% | 5,3 |
| Borracha | 0,3 | 0,4 | 4,8 | 5,9% | 4,8 |
| Automóveis | 5,9 | 6,8 | 3,7 | 4,6% | 3,7 |
| Preparações de cereais | 2,5 | 3,3 | 2,8 | 3,5% | 2,8 |
| Móveis | 2,6 | 2,0 | 2,3 | 2,8% | 2,3 |
| Máquinas elétricas | 1,0 | 1,1 | 2,3 | 2,8% | 2,3 |
| Açúcar | 1,1 | 0,3 | 0,8 | 1,0% | 0,8 |
| Aviões | 65,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0% | 0,0 |
| Subtotal | 97,8 | 30,0 | 66,9 | 82,3% | |
| Outros produtos | 10,3 | 10,4 | 14,3 | 17,7% | |
| Total | 108,1 | 40,4 | 81,2 | 100,0% | |

Elaborado pelo MRE/DP/CDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEVA/ICP/IB.

Cereais, carnes e máquinas mecânicas foram os principais itens brasileiros exportados para Moçambique em 2011, juntos somaram 39% da pauta. Em seguida destacaram-se: gorduras/óleos (8%); veículos para vias férreas (8%); resíduos das indústrias alimentares (7%); e borracha (6%).

BRASIL-MOÇAMBIQUE: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

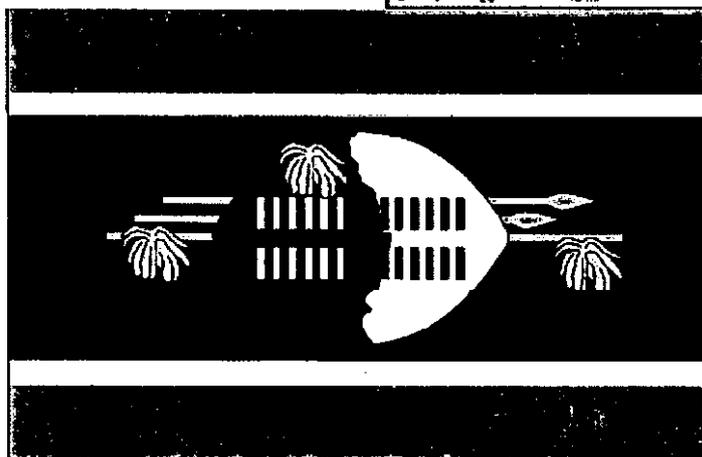
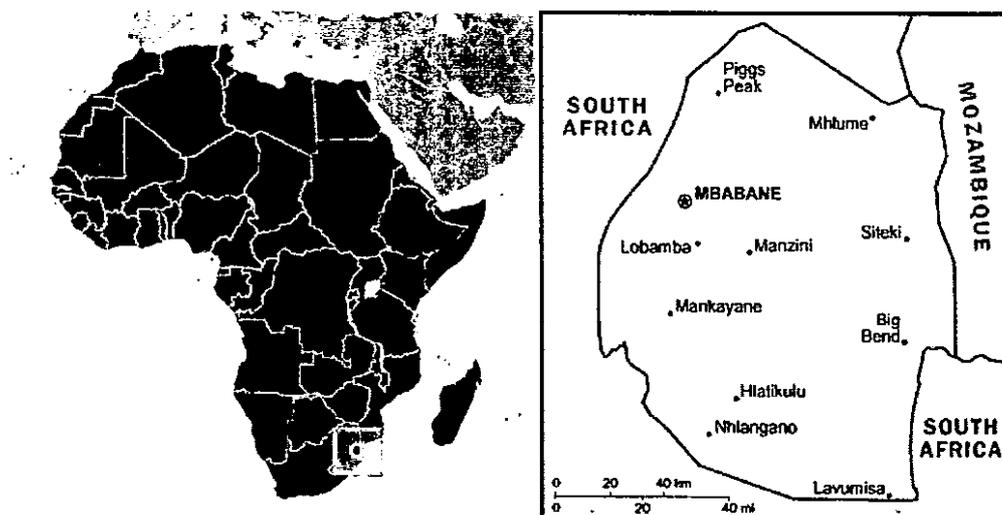
| DESCRIÇÃO | 2009 | 2010 | 2011 | | Importações brasileiras originárias de Moçambique, 2011 |
|-----------------|------------|------------|------------|---------------|---|
| | | | Valor | % no total | |
| Alumínio | 0,0 | 0,0 | 2,1 | 51,2% | |
| Fumo | 2,1 | 2,0 | 1,4 | 35,2% | |
| Minérios | 0,0 | 0,0 | 0,5 | 13,1% | |
| Subtotal | 2,1 | 2,0 | 4,1 | 99,5% | |
| Outros produtos | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,5% | |
| Total | 2,1 | 2,0 | 4,1 | 100,0% | |

Elaborado pelo MRE/DFRVDIC - Divisão de Intendência Comercial, com base em dados do MPT/CGEEX/Alicar/relb.

As importações brasileiras originárias de Moçambique apresentaram alto grau de concentração. O alumínio (51%) e o fumo (35%) somaram 86% do total da pauta em 2011. O item minérios ficou em terceiro lugar na pauta de importação, com 13% do total e fechando a pauta.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA II**

REINO DA SUAZILÂNDIA



OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Março de 2012

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| DADOS BÁSICOS | 3 |
| PERFIS BIOGRÁFICOS | 4 |
| POLÍTICA INTERNA | 6 |
| POLÍTICA EXTERNA | 10 |
| ECONOMIA | 13 |
| RELAÇÕES BILATERAIS | 16 |
| COOPERAÇÃO | 16 |
| BIOCOMBUSTÍVEIS | 17 |
| INVESTIMENTOS | 17 |
| ASSUNTOS CONSULARES | 18 |
| ATOS BILATERAIS | 18 |
| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS | 18 |
| COMÉRCIO BILATERAL | 18 |
| ANEXOS | 19 |

DADOS BÁSICOS

| | |
|--|---|
| CAPITAL: | Mbabane |
| ÁREA: | 17.363 km ² (aprox. o triplo do DF) |
| POPULAÇÃO (est. 2010, BM): | 1,2 milhão (aprox. cidade de Campinas/SP) |
| IDIOMAS OFICIAIS: | Inglês e suazi |
| PRINCIPAIS RELIGIÕES: | Cristianismo e religiões tradicionais africanas (animistas) |
| SISTEMA POLÍTICO: | Monarquia parlamentarista |
| CHEFE DE ESTADO: | Rei Mswati III (desde 25/04/1986) |
| CHEFE DE GOVERNO | Primeiro-Ministro Sibusiso Barnabas Dlamini |
| CHANCELER: | Mtiti Fakudze (desde nov/2011) |
| PIB (est. 2010, BM): | US\$ 3,6 bilhões (aprox. município de Presidente Prudente/SP) |
| PIB PER CAPITA (est. 2010, BM): | US\$ 3.073,00 |
| PIB PPP (est. 2010, BM): | US\$ 6,062 bilhões |
| PIB PER CAPITA PPP (est. 2010, BM): | US\$ 5.884,59 |
| IDH (PNUD, 2011): | 0,522 (140º de 187 países analisados) |
| ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2010): | 81,6% |
| EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2011): | 48,7 anos |
| UNIDADE MONETÁRIA: | Lilangeni |
| EMBAIXADOR DO PAÍS PARA O BRASIL: | Ephraim Mandlenkhosi M. Hlope, cumulativamente com Washington |
| EMBAIXADORA INDICADA DO BRASIL PARA O PAÍS: | Ligia Maria Scherer (indicação em processo de apreciação pelo Senado Federal) |
| COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA: | Não há registro de brasileiros residentes na Suazilândia |

INTECÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

| BRASIL ⇒ SUAZILÂNDIA | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|----------------------|--------|--------|--------|--------|--------|----------|----------|------------|------------|
| Intercâmbio | 693,01 | 574,54 | 787,57 | 549,64 | 970,46 | 2.233,55 | 2.434,29 | 22.749,72 | 20.994,39 |
| Exportações | 398,77 | 285,24 | 475,35 | 317,35 | 545,70 | 2.055,39 | 873,59 | 2.988,04 | 3.604,02 |
| Importações | 294,23 | 289,30 | 312,22 | 232,28 | 424,76 | 178,16 | 1.560,69 | 19.761,68 | 17.390,37 |
| Saldo | 104,54 | -4,05 | 163,13 | 85,07 | 120,93 | 1.877,22 | -687,10 | -16.773,63 | -13.786,35 |

PEREIS BIOGRÁFICOS

MSWATI III *Rei da Suazilândia*

Nascido **Makhosetive** (“Rei das Nações”) em 19/04/1968, o rei da Suazilândia sucedeu seu pai, Sobhuza II, em 1986. Era o segundo dos 67 filhos do monarca e filho único de *Inkosikati LaTfwala*. Tomou-se príncipe herdeiro em setembro de 1983 e foi coroado rei em 25/04/1986, com a idade de 18 anos e 6 dias. O rei, que adotou o nome de Mswati III, e sua mãe, que possui o título de *Indovukazi* (A Grande Elefanta), regem juntos.

SIBUSISO BARNABAS DLAMINI *Primeiro-Ministro*

Nascido em 15 de maio de 1942, Barnabas S. Dlamini formou-se em Química pela Universidade de Wisconsin, em 1969, e, em 1976, em Economia e Contabilidade pela Universidade da África do Sul. Possui Mestrado em Administração pela Universidade de Nova York. Foi Ministro das Finanças de 1983 a 1992. De 1992 a 1996, foi membro do Conselho Executivo do FMI, representando 20 países africanos. Foi Primeiro-Ministro e Membro do Parlamento, de 1996 a 2003, quando passou a exercer a função de conselheiro real. Desde outubro de 2008, exerce seu segundo mandato como Primeiro-Ministro.

MTITI FAKUDZE *Chanceler*

Mtiti Fakudze assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional em novembro de 2011. Anteriormente, havia ocupado os Ministérios da Agricultura e do Serviço Público.

POLÍTICA INTERNA

A Suazilândia tornou-se independente do Governo britânico em 1968, tendo assumido a chefia do Estado o Rei Sobhuza II. Em 1973, o soberano decretou estado de emergência, anulou a constituição, baniu as agremiações políticas e concentrou poderes absolutos nas mãos do Chefe de Estado. Em 1982, ascendeu ao trono o Rei Mswati III, responsável pela introdução de importantes reformas políticas no país, que permitiram a reabertura do Parlamento e a realização de eleições, mas que não foram capazes de garantir, até o momento, o florescimento do multipartidarismo político.

Não obstante a existência de um Chefe de Governo, eleito pelo parlamento, o Chefe de Estado detém considerável poder político nas decisões governamentais. A peculiar situação geográfica da Suazilândia e o peso da África do Sul na economia do país – a República da África do Sul é responsável pela maior parte das importações e exportações suazis – fazem com que as diretrizes emanadas de Mbabane guardem estreito relacionamento com o ambiente político em Pretória.

Mswati III, o último monarca absoluto da África, tem tido que administrar os crescentes problemas econômicos do país, uma taxa de desemprego acima de 40%, a perda de receita com as exportações de açúcar e têxteis e a mais alta taxa de prevalência de HIV no mundo (26,1%). Mais de 25% da população recebem alimentos do Programa Mundial de Alimentos.

Após um longo processo de negociação, foi promulgada em 2006 a nova Constituição do país, que, embora estabeleça a liberdade de associação, mantém a proibição de partidos políticos, exigindo que os candidatos a pleitos políticos sejam independentes. A mesma constituição atribui ao monarca imunidade contra qualquer tipo de processo civil ou criminal. A oposição, apoiada pelo direito à livre associação e à liberdade de expressão consagrados na nova carta magna, começou a organizar comícios e passeatas. Facções leais à monarquia, como a entidade cultural Sive Siyinqaba (“A Nação é uma fortaleza”), formada em 1996 por parlamentares, membros do Governo e da família real, para defender a cultura suázi, também se reorganizaram.

Passeata do *Swaziland Youth Congress* (SWAYOCO), realizada em agosto de 2006, foi dispersada de forma violenta pela polícia. Na ocasião, o então Primeiro Ministro Themba Dlamini confirmou que os partidos políticos continuavam banidos e afirmou que 90% dos novos dispositivos criados pela Constituição já estariam implementados ou em fase final de implementação. Deu como exemplo a maior independência atribuída ao Banco Central e à Unidade de Combate à Corrupção, a criação da Comissão de Direitos Humanos, além das reformas em andamento para a modernização da Corte Suprema.

Em 2007, a oposição escolheu o 11 de abril, data do 34º aniversário da criação da monarquia absoluta por Sobhuza II, para protestar contra a falta de democracia no país, exigindo que os partidos políticos fossem legalizados. Apoiadas pela central sindical sul-africana COSATU, manifestações ocorreram nos cinco postos de fronteira do país com a África do Sul. Em Mananga, 16 membros do

People's United Democratic Movement (PUDEMO) foram presos por carregar cartazes e panfletos "sediciosos".

Em setembro de 2008, o acirramento político entre Governo e oposição se intensificou ainda mais quando da realização das primeiras eleições parlamentares desde a promulgação da Constituição de 2006. O pleito se deu sem maiores incidentes e a missão observadora da SADC considerou as eleições "livres e limpas", embora a União Africana e o Parlamento Pan-Africano tenham criticado a ausência de partidos políticos. Apesar da relativa tranquilidade do pleito, os períodos anterior e posterior às eleições foram conturbados, marcados por manifestações, bloqueios de fronteiras e demandas por reformas políticas. O evento mais grave ocorreu dois dias após a eleição, quando duas pessoas morreram na explosão acidental da bomba que seria colocada em uma ponte junto ao palácio presidencial. Uma das vítimas era membro da *People's United Democratic Movement* (PUDEMO), a outra da *Swaziland Solidarity Network* (SSN). Ambos os grupos anunciaram apoio ao ato e celebraram como heróis os dois mortos, sem assumir responsabilidade pelo planejamento do atentado.

Em resposta, o Governo suazi aprovou severa legislação antiterror, o "Ato da Suazilândia de Supressão ao Terrorismo" (SSTA), que dá ao Governo o poder de deter por até sete dias em regime incomunicável ou de expulsar do país sem julgamento suspeitos de terrorismo. Com base em poderes atribuídos pelo SSTA, quatro organizações foram classificadas oficialmente pelo Primeiro Ministro Barnabas Dlamini como entidades terroristas, tornando ilegal qualquer forma de associação com as mesmas: o *People's United Democratic Movement* (PUDEMO), o *Swaziland Youth Congress* (SWAYOCO), *Swaziland Solidarity Network* (SSN) e o *Swaziland People's Liberation Army* (Umbane).

Ao mesmo tempo, acordo estabelecido ainda em 2009 entre a *Swaziland Coalition of Concerned Civic Organisations* (SCCCO) e a *Freedom House*, ONG financiada principalmente pelo Governo dos EUA, permitiu o fortalecimento da oposição ao Governo suazi, na medida em que facilitou o acesso a recursos para projetos em prol do avanço pacífico da democracia na Suazilândia. Em decisão adotada em princípios do mesmo ano, a Suprema Corte afirmou a obrigatoriedade do Governo de prover educação primária gratuita a todas as crianças, conforme previsto na Constituição de 2006. Resultado de ação movida pelo sindicato dos ex-mineradores, a decisão evidencia a pressão político-social sofrida pelo Governo do Rei Mswati III.

A deterioração das condições econômico-financeiras do Reino da Suazilândia tem contribuído para acirrar os ânimos da população e aumentar a tensão social no país. A alteração do regime aduaneiro da SACU, modificando o padrão de distribuição de receita entre seus países membros, reduziu drasticamente a arrecadação do Governo suazi, uma vez que cerca de 60% de sua receita tinha origem nos repasses da SACU. Em 2010, por exemplo, a medida ocasionou redução de 11% do PIB da Suazilândia, segundo dados do FMI. Isso, somado ao elevado nível de gastos com funcionalismo público (em torno de 18% do PIB), resultou em aumento drástico do déficit público em 2011, atingindo 15% do PIB, quase o dobro do registrado em 2010.

Em missão enviada em março de 2011, o FMI concluiu ser insustentável o nível de gastos com o funcionalismo público vigente, identificou iminente colapso financeiro no país e recusou-se a estender empréstimos ao Reino antes de certificar-se de que o país adotará medidas de ajuste fiscal e saneamento das contas públicas. A União Europeia, outra tradicional doadora de ajuda externa à Suazilândia, igualmente tem-se recusado a transferir recursos ao Estado suazi e limita sua cooperação a projetos de redução da pobreza e assistência a infectados pelo HIV/AIDS. Ademais, a acentuada dependência comercial em relação à África do Sul, que consome cerca de 60% das exportações suazis e responde por 90% das importações, é fator adicional de fragilidade econômica.

A expectativa de vida no país caiu de aproximadamente 60 anos na década de 1990 para 30 no presente, o que tem estimulado o trabalho infantil, conforme indicado pelo estudo global da OIT completado em 2006. Além de elevadas taxas de desemprego e de infecção pelo vírus HIV/AIDS, cerca de dois terços da população vivem abaixo da linha da pobreza e dependendo da ajuda do Governo, cuja situação é de virtual insolvência.

Em 22 de março de 2011, novas manifestações tomaram as ruas da Suazilândia em defesa de reformas econômicas e políticas, ganhando o apoio de diversas associações nacionais de trabalhadores e reunindo mais de 10.000 pessoas. Menos de um mês depois, sindicatos e movimentos sociais suazis convocaram novas manifestações de protesto para os dias 12, 13 e 14 de abril de 2011, em Manzini. A Swaziland Federation of Trade Unions (SFTU), o partido oposicionista ilegal People's Union Democratic Organization (PUDEMO) e a Swaziland Solidarity Network (SSN) foram os principais organizadores dos protestos que tinham como finalidade marcar o 38º aniversário do banimento dos partidos políticos. O Governo classificou os protestos como ilegais e atuou com antecedência para impedi-los, detendo as principais lideranças sindicais do país, dispersando as passeatas e, conforme agências informativas e organizações não-governamentais, prendendo jornalistas, entre os quais pelo menos quatro estrangeiros. A truculenta resposta do Governo e a prisão dos líderes políticos de oposição levaram os sindicatos a suspenderem sua mobilização ao fim do segundo dia de protestos.

As aspirações democráticas dos grupos de oposição suazis e o conflito social latente no país são acompanhados pelos países vizinhos preocupados com potencial transbordamento de refugiados, em caso de descontrole social em maior escala. Em nota à imprensa de 14 de abril de 2011, o Governo da África do Sul manifestou "grande preocupação" com a situação política no Reino da Suazilândia, pediu prudência e cobrou o início de um diálogo político amplo, que permita uma rápida e pacífica solução para a crise.

O país recorreu oficialmente à vizinha África do Sul, em setembro de 2011, em busca de apoio financeiro. Temerosa do transbordamento da instabilidade no país vizinho, a África do Sul estendeu ao Banco Central suazi empréstimo de cerca de US\$ 340 milhões. O Governo do Presidente sul-africano Zuma vinculou o empréstimo ao compromisso suazi de ampliar o processo de diálogo com setores da oposição com vistas a uma gradual abertura política do país. Mswati III, por sua vez, comprometeu-se a promover reformas democráticas e respeitar os direitos humanos

de forma transparente e inclusiva. Em novembro de 2011, alterações ministeriais em posições-chave do Governo confirmaram a preocupação do monarca suazi em mostrar ativismo diante de crise que ameaça levar a Suazilândia ao colapso, procurando atenuar a percepção generalizada da opinião pública local sobre a existência de corrupção, privilégios e gestão pública irresponsável.

Direitos humanos

A situação do país é discutida no âmbito do Conselho de Direitos Humanos, uma vez que, além dos problemas sociais (especialmente relacionados à pobreza e aos elevados índices de infecção por HIV/AIDS), a Suazilândia também suscita preocupações em virtude das frequentes denúncias de violência contra manifestantes, além de desrespeito à liberdade de associação e de expressão.

A Suazilândia foi avaliada pelo mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos em 4 de outubro de 2011. Em seu relatório, o país informou que a Constituição estabeleceu, em setembro de 2009, Comissão Independente de Direitos Humanos e Administração Pública com poderes para investigar denúncias de violações cometidas por instituições públicas e privadas, assim como para interromper e reparar os efeitos dessas violações. Destacou ainda os esforços empreendidos em favor da erradicação da pobreza extrema, da garantia da segurança alimentar, bem como o aumento dos investimentos em saúde. O Conselho, em resposta, elogiou os aludidos esforços, ao mesmo tempo em que demonstrou preocupação com a persistência da discriminação contra mulheres e as restrições de direitos civis e políticos. Inconsistências entre a Constituição e a legislação comum do país foram igualmente apontadas.

O Reino da Suazilândia possui relações internacionais de pequena envergadura, havendo apenas quatro Embaixadas sediadas em Mbabane: os vizinhos África do Sul e Moçambique, além de EUA e Taiwan.

Embora formalmente tivesse sustentado posição neutra no campo das relações internacionais, a Suazilândia teve, historicamente, sua ação externa claramente alinhada ao bloco Ocidental. Até o fim da Guerra Fria, o país manteve poucos vínculos com os países do bloco soviético, ao mesmo tempo em que desenvolveu relacionamento dinâmico com Israel e Taiwan (a Suazilândia é um dos quatro países africanos a manter relações diplomáticas com Taiwan). Daí resulta a simpatia que o Estado suazi desfrutou no passado junto às potências capitalistas, que apoiaram financeiramente os programas de segurança e desenvolvimento do país, visto então como uma força moderadora nos processos de consolidação nacional em curso na África Austral. Os Estados Unidos, em especial, consideraram a estabilidade da Suazilândia, ao longo de todo o desenrolar da luta anti-apartheid na África do Sul, uma garantia à estabilidade da sub-região.

O relacionamento com a América Latina é pouco intenso, não possuindo o país qualquer representação residente na região. Da mesma maneira, os países latino-americanos são representados por intermédio de suas Embaixadas em Pretória (Argentina, México, Peru, Colômbia, Venezuela, Uruguai) e Maputo (Cuba). Cabe registrar, contudo, a visita de Estado que o Rei Mswati III fez a Cuba em junho de 2005. Na ocasião foram tratados temas de cooperação na área de saúde, educação e esportes, consolidados no Acordo de Cooperação assinado entre o Chanceler cubano e o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio, Mabili Dlamini, em 21 de junho.

África do Sul

A África do Sul mantém bom relacionamento com o país, o que lhe garante a posição de principal parceiro internacional da Suazilândia, graças à forte dependência da economia suazi em relação ao vizinho. Além de destinatário de 60% das exportações suazis e origem de 90% das importações do país, a África do Sul é também essencial para a política monetária suazi, uma vez que a Suazilândia adota a paridade entre sua moeda (lilangeni) e a sul-africana (rand). Politicamente, a África do Sul tem manifestado preocupação com a instabilidade do vizinho, razão pela qual o empréstimo concedido em 2011 foi condicionado ao compromisso suazi com a ampliação do diálogo com a oposição e com a promoção gradual de abertura política do país.

Moçambique

A Suazilândia tem mantido laços cordiais com Moçambique, mesmo durante os quase 15 anos de regime marxista-leninista moçambicano. Em sua última visita de Estado ao país, o monarca suazi cumpriu ampla programação de visitas, que

incluíram projetos sócio-econômicos em Cabo Delgado e o Porto de Maputo (principal via de escoamento do açúcar e dos cítricos exportados pela Suazilândia). Em março de 2011, foi apreendido no porto de Maputo um carregamento com armas de fogo e drogas que estariam em trânsito em direção à Suazilândia. A oposição suázi acusou Moçambique de estar prestando auxílio ao Rei Mswati III, na ofensiva contra manifestações oposicionistas naquele país, embora inquérito moçambicano tenha concluído que o carregamento não se dirigia à Suazilândia.

Taiwan

O Reino da Suazilândia é um dos 23 países a manterem relações diplomáticas com a República da China (Taiwan). Taiwan é um dos principais investidores no país, especialmente no setor têxtil, onde procura aproveitar-se dos benefícios que a Suazilândia disfruta no âmbito da AGOA. Esses investimentos atingiram seu ápice em 2002, quando as empresas taiwanesas chegaram a empregar mais de 35 mil pessoas, mas vem caindo sensivelmente desde então. Além de investimentos, Taiwan envia missões médicas regulares ao país. Em 2007, foi assinado Acordo de Cooperação no Setor de Saúde entre os dois países.

Em 2008, um dos principais empresários do país, Ndumiso Mamba, personalidade muito próxima ao Rei, declarou que a Suazilândia deveria engajar-se seriamente no assunto dos benefícios econômicos que poderão advir do comércio com a China. Entretanto, o Chefe de Estado suázi, evitando envolver-se em polêmica, garantiu às autoridades de Taipé que o fortalecimento dos elos econômicos e comerciais com Pequim não comprometeria as relações políticas bilaterais com Taiwan.

Taiwan tem, naturalmente, interesse em cultivar as relações com a Suazilândia. Em julho de 2010, o Rei Mswati III realizou visita a Taipé e o Vice-Presidente de Taiwan, Vincent Siew, visitou Mbabane em setembro de 2010. Autoridades suazis têm defendido publicamente, em diferentes foros, a adesão de Taiwan à Organização das Nações Unidas.

EUA

As relações com os EUA são, em geral, boas e remontam à independência do Reino em 1968. A principal área de cooperação é a de HIV/Aids, implementada conjuntamente pela USAID, CDC, Peace Corps, African Development Foundation e pelos Departamentos do Trabalho e Defesa. Além disso, o Governo estadunidense possui programas de apoio às pequenas e médias empresas, educação (programa de bolsas de pós-graduação e de especialização de curto-prazo), treinamento militar, desenvolvimento institucional e de recursos humanos, agricultura e capacitação na área de comércio internacional.

Organismos internacionais e outros

No âmbito regional, a Suazilândia é membro da União Africana, do Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, uma de suas prioridades no cenário austral africano) e da União Aduaneira da África Austral (SACU). O impasse causado pela participação da Suazilândia na COMESA - que conflitava com seu status de membro da SACU -, chegou ao fim com o anúncio de que a Suazilândia permanecerá como membro da COMESA, mas não integrará a união alfandegária. O país continuará, contudo, a beneficiar-se do status de membro não-recíproco da Área de Livre Comércio da COMESA, podendo exportar seus bens com tarifas reduzidas, sem conceder acesso recíproco ao seu mercado.

No âmbito das Nações Unidas, o país luta para que as nações desenvolvidas continuem a atribuir tratamento preferencial aos produtos suázis e que a Suazilândia seja retirada da lista de países de renda média, o que a impede de beneficiar-se das iniciativas internacionais de redução da dívida.

Cumpram ainda mencionar que, em 2010, o Reino da Suazilândia manifestou interesse em se tornar Observador Associado da CPLP, chegando a formalizar pedido de adesão à Comunidade. O interesse deve-se, sobretudo, à proximidade e afinidade com a República de Moçambique. O Governo da Suazilândia, porém, não deu continuidade ao processo de negociação, embora recentemente o Governo moçambicano tenha realizado gestões no sentido de dar encaminhamento à questão.

Em relação a Madagascar, o Governo suazi concedeu abrigo ao presidente deposto Marc Ravalomanana em março de 2009, que, desde Mbabane, proferiu pronunciamento sobre a crise política em seu país.

Agricultura

À época da independência, a agricultura respondia por cerca de um terço do PIB; essa participação caiu para apenas 13% em 2010, graças ao crescimento do setor agroindustrial (especialmente têxtil e de processamento da cana-de-açúcar, correspondentes a 37% do PIB) e de serviços (sobretudo públicos, 50%).

A produção agrícola processa-se em propriedades coletivas (Swazi Nation Lands, SNLs) ou em propriedades escrituradas (Title Deed Lands, TDLs). Enquanto as últimas respondem por 40% do total das terras e são utilizadas para produção comercial – cana-de-açúcar, frutas cítricas, algodão e abacaxi, além da pecuária –, recebendo maiores investimentos, possuindo grandes extensões irrigadas e caracterizadas por alta produtividade, as propriedades coletivas empregam 75% da população em regime de produção de subsistência e sofrem de baixa produtividade e investimento. São ainda responsáveis por 90% da produção de milho, o alimento básico da população.

No que diz respeito às culturas de valor comercial, o Governo vem incentivando o cultivo de algodão, considerado de boa qualidade. A integração vertical é planejada juntamente com a indústria têxtil local, para atender compromissos assumidos sob a Lei Norte-Americana de Crescimento e Oportunidade para a África (AGOA), com relação à origem de insumos. Setores como o de concentrados para refrescos, produtos alimentícios e de celulose encontram-se em expansão. A mineração ocorre em pequena escala, consistindo principalmente na exploração de carvão na mina de Maloma, que responde por 0,4% do PIB.

Devido ao grau de abertura da economia e à importância das exportações agrícolas, o PIB real é fortemente influenciado tanto pelas condições climáticas quanto pelas oscilações de mercado. Baixos índices pluviométricos e a queda dos preços internacionais das commodities agrícolas exportadas pelo país (como, por exemplo, açúcar e frutas cítricas) fizeram com que o crescimento do PIB se tornasse mais lento desde 2000. No entanto, a melhora das condições climáticas, juntamente com o aumento da demanda por gêneros alimentícios, ajudaram o país a ter uma pequena aceleração do crescimento em meados da década (3,5% em 2007). A crise internacional de 2008-2009, somada à perda de vantagens obtidas por preferências tarifárias (do açúcar no mercado europeu e dos têxteis, graças à extensão das preferências a países asiáticos) modificou novamente esse cenário. O índice de crescimento do PIB voltou a níveis baixos, atingindo parcos 1,1% em 2010, conforme dados do Banco Mundial.

Política econômica

Desde a independência, foram adotados princípios de livre mercado, com o intuito de atrair investimentos estrangeiros. As reduções tarifárias acordadas em diversos instrumentos da SACU, os compromissos assumidos na OMC, bem como os acordos de comércio entre África Austral e UE tornaram a diversificação crucial para a Suazilândia, visto que reduziram as receitas alfandegárias que, em 2006/2007, chegaram a representar 66% da renda total.

O estreito relacionamento com a África do Sul no âmbito da SACU e da Área Monetária Comum (CMA) restringe a autonomia em matéria de política monetária e fiscal. A abertura e a pequena dimensão da economia, bem como as limitações da base exportadora, tornam a economia suázi vulnerável a choques externos. Devido à paridade do lilangeni ao rand, a livre movimentação de fundos no âmbito da CMA implica que as taxas de juros devem ser semelhantes às sul-africanas, com exceção do prêmio de risco, caso contrário, haveria uma fuga de capitais para a África do Sul. Embora a Suazilândia tenha o direito de quebrar a paridade, isso dificilmente será feito. A circulação do rand deixou de ser legal em 1986, mas, devido ao volume de negócios e ao alto nível de transações individuais com a RAS, o rand voltou a circular legalmente na Suazilândia.

Indústria

O setor secundário (inclusive o de eletricidade e o de fornecimento de água) respondeu por 46% do PIB em 2007, o que constituiu a maior contribuição para o crescimento econômico. Até meados dos anos 1980, o processamento de açúcar, polpa de madeira, frutas cítricas, abacaxi, algodão e carne respondiam por cerca de 80% do total da produção manufatureira. Desde 1986, quando a Coca-Cola transferiu suas instalações da África do Sul para a Suazilândia, desenvolveu-se fortemente a produção baseada em açúcar, aproveitando o baixo preço do insumo local. Mais recentemente, tem havido uma maior diversificação do setor manufatureiro, principalmente pelo desenvolvimento da indústria têxtil e de vestuário, como forma de aproveitar o acesso ao mercado norte-americano proporcionado pela Lei Norte-Americana de Crescimento e Oportunidade para a África (AGOA). No entanto, a extinção do Acordo sobre Têxteis e Vestuário (ATC), no fim de 2004, teve impacto adverso sobre essa indústria, que luta para continuar competindo com a China e outros países asiáticos, onde os custos são muito menores e a produtividade é mais alta. O setor enfrenta, ainda, as greves organizadas por poderosos sindicatos.

Tendências do Mercado de Trabalho

A maior parte dos empregos formais na Suazilândia está concentrada no setor público; o Governo, porém, vem sofrendo pressões para diminuir o tamanho do funcionalismo. Os empregos na iniciativa privada estão concentrados na indústria e

na agricultura comercial. O mercado de trabalho informal reflete a agricultura de subsistência (que emprega 75% da população) e a pecuária. Há, também, um pequeno número de suazis que trabalham em minas na África do Sul, embora esse número venha sendo afetado negativamente pela queda nos níveis da produção e pela utilização de tecnologias de mineração. Na Suazilândia, os níveis de desemprego são elevados, quadro que vem se exacerbando com a racionalização do serviço público e pelos problemas enfrentados pela indústria têxtil. A taxa de desemprego no país gira em torno de 40%.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações com o Brasil foram formalmente estabelecidas em 1978, ano em que foi criada a Embaixada do Brasil junto ao Reino da Suazilândia, com residência em Maputo. A última visita de autoridade suázi ao Brasil ocorreu em setembro de 1993, ocasião em que o Príncipe Mbilini Dlamini, então Ministro de Obras e Construção, manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes. No regresso de sua participação na 60ª AGNU, o avião que conduzia o rei Mswati III fez escala em Fortaleza.

Delegação suazi, chefiada pelo Ministro da Educação da Suazilândia, Wilson M. Ntshangase, participou da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada de 1 a 4 de dezembro de 2009, em Belém do Pará.

Em maio de 2010, o Ministro da Agricultura da Suazilândia, Clement Dlamini participou do Diálogo Brasil-África em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, realizado em Brasília.

Cooperação

Embora haja possibilidade de cooperação em diversas áreas, nenhum projeto está ainda em andamento. O Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Suazilândia foi assinado em 25/01/2008 e encontra-se em processo de ratificação. O Governo da Suazilândia tem solicitado cooperação brasileira nas áreas de saúde, educação e agricultura – os quais, eventualmente, poderiam vir a ser objeto de projetos de cooperação desenvolvidos sob o abrigo do aludido Acordo.

Na área de saúde, há interesse suazi especialmente em projetos de combate ao HIV/AIDS, que contemplem tanto aquisição e produção de medicamentos anti-retrovirais quanto capacitação em gestão, elaboração de políticas públicas e formação de funcionários. A esse respeito, missão de técnicos brasileiros foi enviada a Mbabane em fevereiro de 2006 com o objetivo de verificar as possibilidades de cooperação na área, mas a iniciativa não teve. Em julho de 2011, o Governo suazi solicitou novamente visitas oficiais para marcar o início das discussões sobre cooperação técnica com o Governo Brasileiro para o combate ao HIV/AIDS, através da Fundação Oswaldo Cruz. A fim de encaminhar o assunto, está previsto o envio de missão de prospecção da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a realizar-se na ocasião de visita a outros países vizinhos.

O país também demonstrou interesse em fortalecer as relações bilaterais na área de educação, em especial mediante envio de estudantes suazis para estudos de graduação no Brasil. O tema, porém, não teve maiores desdobramentos.

O Ministro da Agricultura suazi, Clement Dlamini, em encontro com Embaixador brasileiro em Maputo (novembro/2010), também manifestou o desejo de firmar acordo de cooperação na área de agricultura com o Brasil, em especial na

produção de soja. E, ainda em 2010, houve manifestação de interesse por parte do Governo suazi em estabelecer cooperação na área de incentivo ao turismo.

Biocombustíveis

Outro âmbito de cooperação bilateral possível é o de biocombustíveis. Nos últimos anos, vem crescendo o interesse suazi em desenvolver uma indústria de biocombustíveis, principalmente para a produção de etanol, tanto de milho quanto de cana-de-açúcar. Não há ainda produção comercial de bioenergia (etanol, biodiesel) na Suazilândia, mas o país já produz eletricidade a partir do bagaço da cana-de-açúcar (biomassa) e a produção de biocombustíveis vem se desenvolvendo em caráter experimental, sem mensuração do volume de produção e de consumo interno. A produção experimental de biocombustíveis concentra-se nos cultivos de cana-de-açúcar (etanol) e *jatropha* (pinhão-manso; planta da mesma família da mamona, utilizada na produção de biodiesel). A Suazilândia chegou, também, a pesquisar a produção de etanol a partir da mandioca, cultivo propício ao terreno árido do país. Não há exportação e tampouco importação de bioenergia.

Encontra-se em processo de elaboração pelo Governo suazi estratégia para a produção de biocombustíveis. O debate sobre o assunto no país, contudo, é complexo e centra-se no argumento da rivalidade da produção de biocombustíveis com a produção de gêneros alimentícios e no impacto social e econômico do cultivo de cana-de-açúcar e da *jatropha*. Por um lado, o país tem território pequeno, a disputa por terra é relevante, há carência de alimentos e de água, e elevada parcela da população vive abaixo da linha da pobreza – elementos que reforçam o argumento, defendido inclusive por ONGs estrangeiras, de que a eventual produção de biocombustíveis colocaria em risco a já frágil segurança alimentar do país. Por outro lado, o país possui vastas áreas de cultivo de cana-de-açúcar e tradição no setor sucroalcooleiro, com investimentos estatais e de empresas estrangeiras, além de histórico de produção experimental de etanol a partir da cana pela Royal Swaziland Sugar Corporation. Em 2006, a empresa estatal anunciou projeto de ampliação da capacidade produtiva e melhoria de destilarias existentes.

Apesar do anúncio da encomenda ao Brasil de dois automóveis movidos a álcool para testes em 2006 e da ida de empresários brasileiros ao país em julho de 2007, não há iniciativas vigentes de cooperação bilateral na área. Com a recente assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com o Brasil, porém, deve ser realizada missão de prospecção da EMBRAPA para analisar possibilidades e modalidades de cooperação no tema.

Investimentos

A mineração é pouco desenvolvida na Suazilândia, embora o país possua importante jazida de antracito, mineral utilizado na fabricação de pelotas de minério de ferro. O mineral é considerado estratégico pela Vale, que, desde 2008, vem

estudando a possibilidade de adquirir mina localizada em Lubhuku. Até o momento, porém, não se logrou estabelecer acordo entre a Vale e o Governo suazi.

Assuntos consulares

Não há registro de brasileiros na Suazilândia. O atendimento consular eventualmente necessário é prestado pelo Setor Consular da Embaixada brasileira em Maputo, Moçambique.

Atos bilaterais

O Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Suazilândia assinado em 25/01/2008 e aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal em 10/12/2009 e, no Plenário do Senado Federal, em 17/12/2009. Aguarda o processo de ratificação interna pelo Reino da Suazilândia.

Trata-se do primeiro ato bilateral assinado entre os dois países.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há créditos da Suazilândia sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

Comércio bilateral

Tradicionalmente, a Suazilândia importa do Brasil motores e turbinas, material elétrico, tubos de aço, equipamentos e utensílios agrícolas, além de materiais químicos. Em 2011, 79% do valor total exportado pelo Brasil à Suazilândia compunha-se de turbinas a vapor, seguido de máquinas ceifeiras e debulhadoras, que representaram 8.9% das exportações. Os principais produtos importados, em 2011, foram circuitos integrados (46%) e microprocessadores (35% do valor total).

O comércio bilateral, que desde 2000 encontrava-se estagnado em torno de US\$ 600 mil, sofreu considerável incremento a partir de 2008, quando atingiu US\$ 2,223 milhões, como reflexo do crescimento das exportações brasileiras para o país, que chegaram a US\$ 2,055 milhões. A partir de 2009, contudo, houve uma inversão na balança comercial. A Suazilândia passou a exportar mais para o Brasil, que, desde então, apresenta déficit na relação comercial bilateral.

Em 2010, houve novo surto de crescimento do comércio bilateral, quando as transações totalizaram US\$ 22,749 milhões. O crescimento deveu-se ao aumento das importações oriundas da Suazilândia, que totalizaram US\$ 19,761 milhões. Em 2011, o volume de comércio entre os dois países permaneceu relativamente estável em relação a 2010 (US\$ 20,994 milhões).

ANEXOS

Cronologia

| |
|---|
| Século XVI – O povo suazi, sob a hegemonia do clã Dlamini, se separa do conjunto de bantos que migravam para o sul e se estabelece na região entre os rios Pongola e Usutu. |
| Século XIX – Migração em direção ao norte por parte do povo suázi e expansão da ocupação branca na região. |
| 1836 – Morte do rei Sobhuza I, sucedido por Mswati (Mswazi) II, que deu seu próprio nome à tribo. |
| 1888 – Formação de um Governo provisório, formado por representantes do Governo britânico, sul-africano e suazi |
| 1889 – Estabelecimento da administração sul-africana anexando o território suazi. |
| 1903 – Os suazis passam a ser administrados pelo Governador do Transvaal, após a Guerra dos Bôeres e a instituição do controle britânico sobre a região. |
| 1949 – Negado, pelos britânicos, o pedido de incorporação da Suazilândia à União-Sul-Africana. |
| 1963 – É promulgada constituição que concede autonomia limitada aos suazis. |
| 1967 – É proclamado o Reino da Suazilândia sob proteção britânica. |
| 1968 – A Suazilândia torna-se independente do Governo britânico. O Rei Sobhuza II assume a chefia do Estado. |
| 1973 – Decretação de estado de emergência, com anulação da constituição, banimento das agremiações políticas e concentração de poderes absolutos nas mãos do Chefe de Estado. |
| 1982 – Ascensão do Rei Mswati III ao trono suazi e introdução de importantes reformas políticas no país. |
| 1993 – O Príncipe Mbilini Dlamina, então Ministro de Obras e Construção, realiza visita oficial ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes. |
| 2006 – Promulgação da nova Constituição. Manifestações, comícios e passeatas são reprimidos violentamente pela polícia. |
| 2008 – Realização das primeiras eleições parlamentares sob a nova Constituição. Considerado “livre e limpo” por observadores internacionais, o pleito ocorreu em clima conturbado, marcado por manifestações, bloqueios de fronteiras e demandas por reformas políticas. |
| 2009 – Delegação suázi, chefiada pelo Ministro da Educação da Suazilândia, Wilson M. Ntshangase, participa da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada em Belém do Pará. |

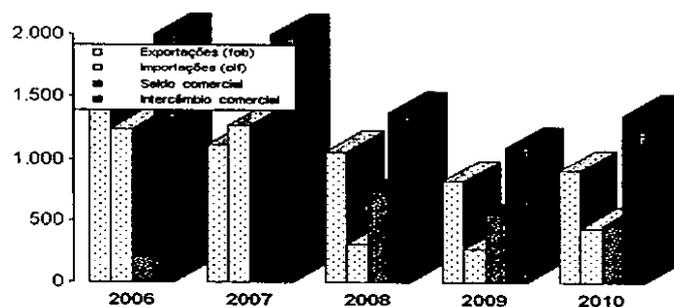
INDICADORES ECONÔMICOS E COMERCIAIS

SUAZILÂNDIA: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ milhões

| DESCRIÇÃO | 2006 | 2007 | 2008 ⁽¹⁾ | 2009 ⁽¹⁾ | 2010 ⁽¹⁾ |
|-----------------------|-------|-------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Exportações (fob) | 1.463 | 1.113 | 1.063 | 825 | 910 |
| Importações (cif) | 1.242 | 1.270 | 312 | 271 | 443 |
| Saldo comercial | 220 | -157 | 751 | 554 | 467 |
| Intercâmbio comercial | 2.705 | 2.383 | 1.375 | 1.097 | 1.353 |

Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, January 2012.

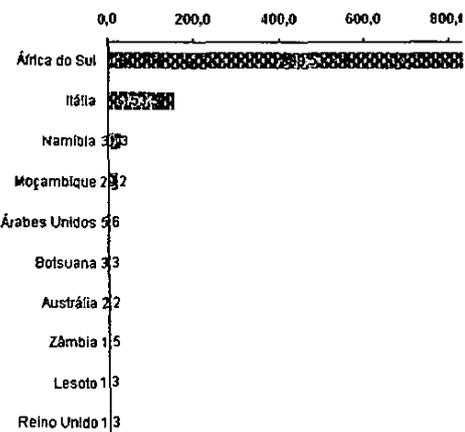
(1) Dados obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



O comércio exterior de Suazilândia apresentou em 2010 um decréscimo em relação ao ano de 2006 em torno de 50%. O mesmo ocorreu de 2007 para 2006 (- 12%), cujos dados foram obtidos pela posição real, já que 2008 em diante são dados de espelho. Em 2011 observe a 164ª posição no intercâmbio mundial, segundo dados do FMI.

SUAZILÂNDIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ milhões

| Descrição | 2006 | % no total | 2007 ⁽¹⁾ | % no total |
|------------------------|----------------|---------------|---------------------|---------------|
| África do Sul | 446,1 | 30,5% | 888,5 | 79,8% |
| Itália | 446,1 | 30,5% | 153,5 | 13,8% |
| Namíbia | 11,5 | 0,8% | 31,3 | 2,8% |
| Moçambique | 247,4 | 16,9% | 20,2 | 1,8% |
| Emirados Árabes Unidos | 1,3 | 0,1% | 5,6 | 0,5% |
| Botsuana | 13,0 | 0,9% | 3,3 | 0,3% |
| Austrália | 2,3 | 0,2% | 2,2 | 0,2% |
| Zâmbia | 1,5 | 0,1% | 1,5 | 0,1% |
| Lesoto | 25,6 | 1,7% | 1,3 | 0,1% |
| Reino Unido | 4,5 | 0,3% | 1,3 | 0,1% |
| ... | | | | |
| Brasil | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,0% |
| Subtotal | 1.199,2 | 82,0% | 1.108,6 | 99,6% |
| Outros países | 263,6 | 18,0% | 4,6 | 0,4% |
| Total | 1.462,8 | 100,0% | 1.113,2 | 100,0% |



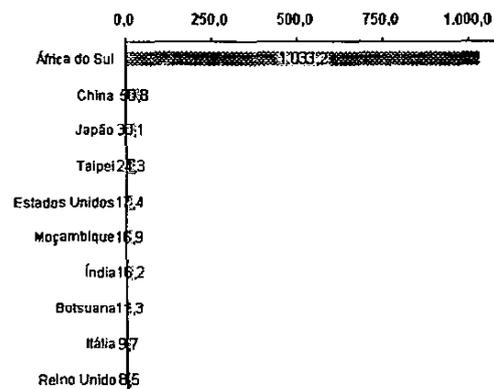
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, January 2012.

(1) Última posição disponível com dados reais

África do Sul, Itália, Namíbia e Moçambique são os principais mercados de destino das exportações de Suazilândia com 98% da pauta em 2007. O Brasil não tem dados para o período em análise.

SUAZILÂNDIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ milhões

| Descrição | 2006 | % no total | 2007 ⁽¹⁾ | % no total |
|----------------------|----------------|---------------|---------------------|---------------|
| África do Sul | 995,2 | 80,1% | 1.033,2 | 81,4% |
| China | 24,6 | 2,0% | 50,8 | 4,0% |
| Japão | 1,2 | 26,1% | 30,1 | 2,4% |
| Taipei | 38,0 | 3,1% | 24,3 | 1,9% |
| Estados Unidos | 37,9 | 3,1% | 17,4 | 1,4% |
| Moçambique | 11,3 | 0,9% | 16,9 | 1,3% |
| Índia | 10,6 | 0,9% | 16,2 | 1,3% |
| Botsuana | 4,4 | 0,4% | 11,3 | 0,9% |
| Itália | 4,6 | 0,4% | 9,7 | 0,8% |
| Reino Unido | 8,5 | 0,7% | 8,5 | 0,7% |
| ... | | | | |
| Brasil | 2,69 | 0,2% | 5,00 | 0,4% |
| Subtotal | 1.138,9 | 91,7% | 1.223,3 | 96,3% |
| Outros países | 103,5 | 8,3% | 46,7 | 3,7% |
| Total | 1.242,4 | 100,0% | 1.270,0 | 100,0% |

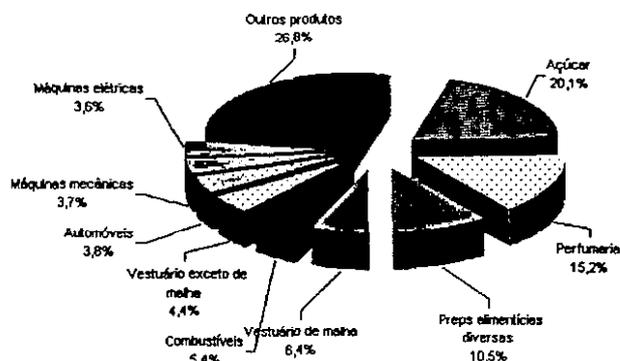


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, January 2012.

(1) Última posição disponível com dados reais

África do Sul representou 81% das importações de Suazilândia no ano de 2007, China foi o segundo mercado provedor. No ano de 2006, África do Sul permaneceu no ranking de principal país, seguido do Japão com 26%. O Brasil ocupou a 13ª posição em 2007, participando com 0,4% no total.

| Descrição | 2010 | % no total |
|-----------------------------|--------------|---------------|
| Açúcar | 183,2 | 20,1% |
| Perfumaria | 138,4 | 15,2% |
| Preps alimentícias diversas | 95,4 | 10,5% |
| Vestuário de malha | 58,6 | 6,4% |
| Combustíveis | 48,8 | 5,4% |
| Vestuário exceto de malha | 40,2 | 4,4% |
| Automóveis | 34,9 | 3,8% |
| Máquinas mecânicas | 33,5 | 3,7% |
| Máquinas elétricas | 32,7 | 3,6% |
| Subtotal | 665,6 | 73,2% |
| Outros produtos | 244,2 | 26,8% |
| Total | 909,7 | 100,0% |

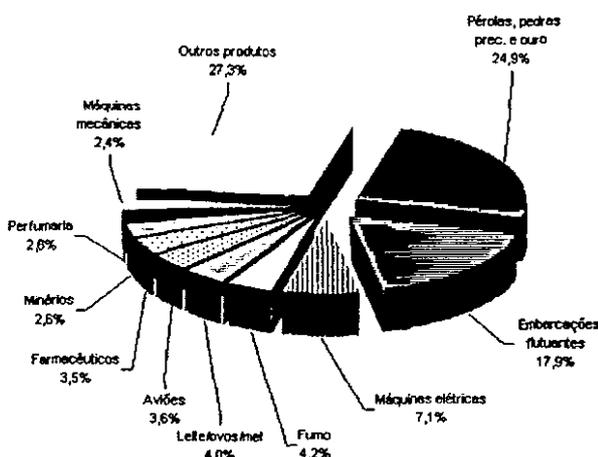


Elaborado pelo MRB/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap.

Açúcar é o principal item da pauta de exportação de Suazilândia, seguido de perfumaria representados pelos óleos essenciais (15%) que nos anos anteriores corresponderam pelo principal produto da pauta. Outros produtos também destacados em 2010 foram: preparações alimentícias diversas (11%), vestuário (11%); combustíveis (5%), automóveis (4%) e maquinárias (7%).

SUAZILÂNDIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES 2010 - US\$ Milhões

| Descrição | 2010 | % no total |
|------------------------------|--------------|---------------|
| Pérolas, pedras prec. e ouro | 110,2 | 24,9% |
| Embarcações flutuantes | 79,5 | 17,9% |
| Máquinas elétricas | 31,5 | 7,1% |
| Fumo | 18,4 | 4,2% |
| Leite/ovos/mel | 17,5 | 4,0% |
| Aviões | 15,9 | 3,6% |
| Farmacêuticos | 15,4 | 3,5% |
| Minérios | 11,5 | 2,6% |
| Perfumaria | 11,3 | 2,6% |
| Máquinas mecânicas | 10,7 | 2,4% |
| Subtotal | 321,9 | 72,7% |
| Outros produtos | 121,1 | 27,3% |
| Total | 442,9 | 100,0% |



Elaborado pelo MRB/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap.

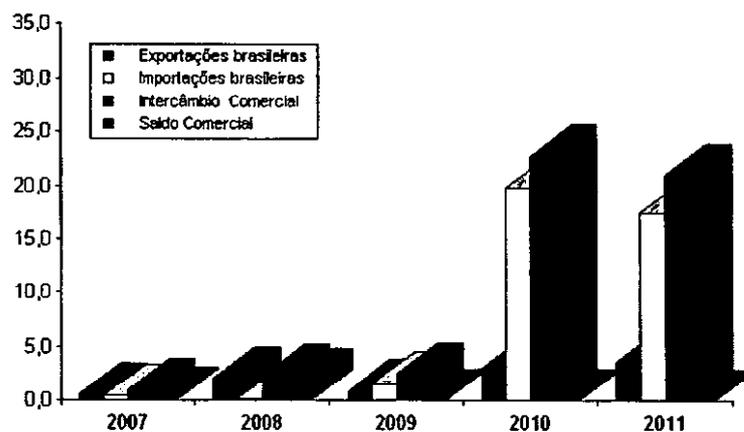
A pauta de importação de Suazilândia é bastante diversificada. O principal item da pauta em 2010 foram pérolas, pedras preciosas e ouro (25%), seguido de embarcações flutuantes (18%) e máquinas (9,4%).

BRASIL-SUAZILÂNDIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

| DESCRIÇÃO | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|-------------------------------------|-------|--------|--------|---------|--------|
| Exportações brasileiras | 0,5 | 2,1 | 0,9 | 3,0 | 3,6 |
| Variação em relação ao ano anterior | 71,9% | 276,1% | -57,4% | 241,4% | 20,8% |
| Importações brasileiras | 0,4 | 0,2 | 1,6 | 19,8 | 17,4 |
| Variação em relação ao ano anterior | 84,3% | -58,0% | 776,4% | 1166,7% | -12,0% |
| Intercâmbio Comercial | 1,0 | 2,2 | 2,4 | 22,7 | 21,0 |
| Variação em relação ao ano anterior | 77,1% | 129,9% | 9,2% | 834,6% | -7,7% |
| Saldo Comercial | 0 | 2 | -1 | -17 | -14 |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Suazilândia foi o 146º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 2000%, passando de US\$1 milhão, para US\$ 21 milhões, sendo 560% nas exportações e 4000% nas importações.

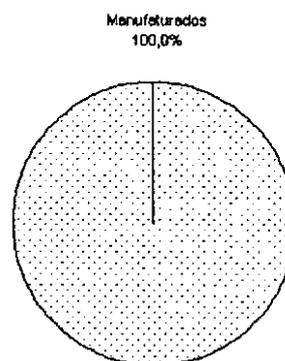
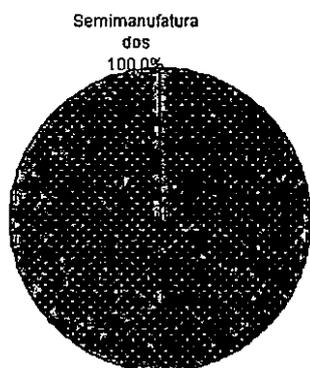


BRASIL-SUAZILÂNDIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

| DESCRIÇÃO | EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS | | IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS | |
|-------------------|-------------------------|---------------|-------------------------|---------------|
| | VALOR | PART.% | VALOR | PART.% |
| Básicos | 0,0 | 0,0% | 0,0 | 0,0% |
| Semimanufaturados | 0,0 | 0,0% | 0,0 | 0,0% |
| Manufaturados | 3,6 | 100,0% | 17,4 | 100,0% |
| Total | 3,6 | 100,0% | 17,4 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para Suazilândia são compostas por produtos manufaturados, que representaram 100% das vendas em 2011. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram a totalidade da pauta em 2011, representados pelas máquinas elétricas e mecânicas.



BRASIL-SUAZILÂNDIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

| DESCRIÇÃO | 2009 | 2010 | 2011 | | Exportações brasileiras para Suazilândia, 2011 |
|--------------------|------------|------------|------------|---------------|--|
| | | | Valor | % no total | |
| Máquinas mecânicas | 0,0 | 0,1 | 3,2 | 89,4% | |
| Químicos orgânicos | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 4,1% | |
| Obras de ferro | 0,1 | 0,2 | 0,1 | 2,7% | |
| Açúcar | 0,4 | 0,0 | 0,1 | 1,8% | |
| Cerâmicos | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 1,1% | |
| Subtotal | 0,6 | 0,4 | 3,6 | 99,0% | |
| Outros produtos | 0,3 | 2,6 | 0,0 | 1,0% | |
| Total | 0,9 | 3,0 | 3,6 | 100,0% | |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECX/IC/IE/IEP.

Máquinas mecânicas representam 90% dos itens brasileiros exportados para Suazilândia, seguidos de químicos orgânicos, obras de ferro, açúcar e cerâmicos.

BRASIL-SUAZILÂNDIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

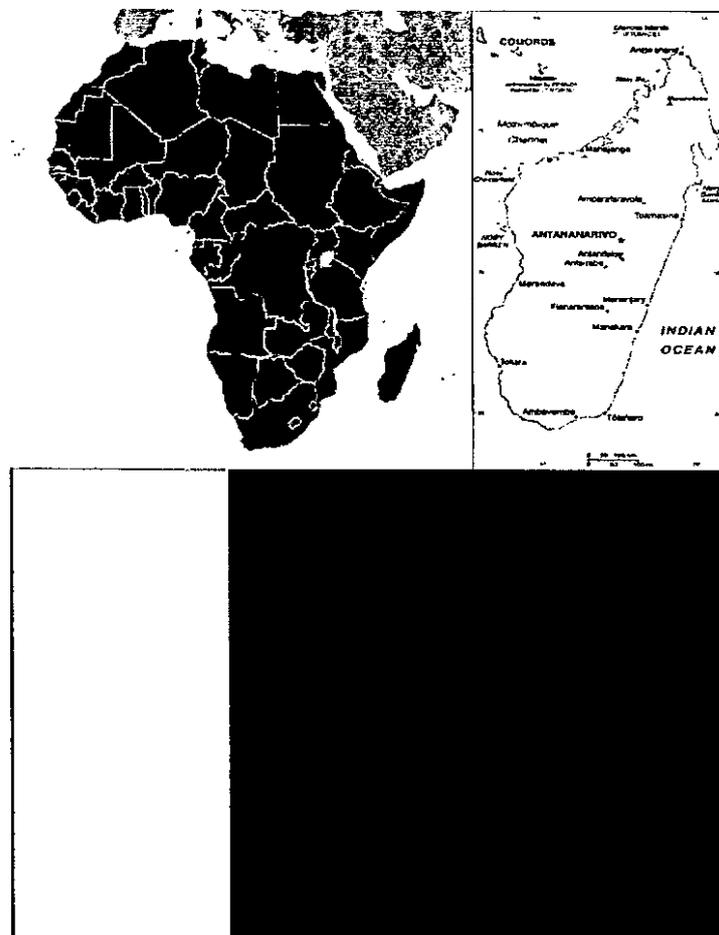
| DESCRIÇÃO | 2009 | 2010 | 2011 | | Importações brasileiras originárias de Suazilândia, 2011 |
|--------------------|------|------|-------|------------|--|
| | | | Valor | % no total | |
| Máquinas elétricas | 0,6 | 18,0 | 16,6 | 95,3% | |
| Máquinas mecânicas | 0,9 | 1,7 | 0,8 | 4,5% | |
| Subtotal | 1,5 | 19,7 | 17,4 | 99,9% | |
| Outros produtos | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,1% | |
| Total | 1,6 | 19,8 | 17,4 | 100,0% | |

Elaborado pelo MF/PR/DIC - Divisão de Intendência Comercial, com base em dados do MDIO/SECEX/Alicewap

As importações brasileiras originárias de Suazilândia apresentaram alto grau de concentração de máquinas elétricas e mecânicas que representam a totalidade em 2011, assim como no ano de 2010 e em 2009.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA II**

REPÚBLICA DE MADAGASCAR



OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Março de 2012

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| DADOS BÁSICOS | 3 |
| PERFIS BIOGRÁFICOS | 4 |
| POLÍTICA INTERNA | 6 |
| POLÍTICA EXTERNA | 12 |
| ECONOMIA | 13 |
| RELAÇÕES BILATERAIS | 17 |
| RELAÇÕES COMERCIAIS | 17 |
| INVESTIMENTOS BRASILEIROS | 18 |
| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS | 18 |
| ASSISTÊNCIA CONSULAR | 18 |
| ANEXOS | 19 |

DADOS BÁSICOS

| | |
|---|---|
| NOME OFICIAL: | República de Madagascar |
| CAPITAL: | Antananarivo |
| ÁREA: | 587.041 km ² (aproximadamente a área do Estado de Minas Gerais) |
| POPULAÇÃO (2011, PNUD): | 21,3 milhões |
| IDIOMA: | Malgaxe e francês |
| PRINCIPAIS RELIGIÕES: | Religiões tradicionais animistas, cristianismo e islamismo |
| SISTEMA POLÍTICO: | Semipresidencialismo |
| CHEFE DE ESTADO (DE FACTO) | Presidente Andry Rajoelina (desde mar/2009) |
| CHEFE DE GOVERNO | Primeiro-Ministro Jean Omer Beriziky (desde out/2011) |
| CHANCELER: | Pierrot Rajaonarivelo (desde nov/2011) |
| PIB real (2010, BM): | US\$ 8,7 bilhões (est.) |
| PIB PPP(2010, BM): | US\$ 20,0 bilhões (est.) |
| Variação do PIB (2010, BM): | 1,6% (2010); -4,6 (2009); 7,1% (2008); 6,2% (2007) |
| PIB per capita (2010, BM): | US\$ 421,0 (est.) |
| PIB per capita PPP (2010, BM): | US\$ 969,0 (est.) |
| UNIDADE MONETÁRIA: | Ariary (USD 1 = MGA 2.235,0 em 19/01/2012) |
| TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (2011, PNUD): | 64,5% |
| IDH (2011, PNUD): | 0,480 (151º no mundo) |
| EXPECTATIVA DE VIDA (2011, PNUD): | 66,7 anos |
| EMBAIXADOR DE MADAGASCAR PARA O BRASIL: | Narisoa Rajaonarivony (cumulativo com Washington) |
| EMBAIXADORA DESIGNADA DO BRASIL PARA MADAGASCAR: | Ligia Maria Scherer (indicação em processo de apreciação pelo Senado Federal) |
| COMUNIDADE BRASILEIRA | Não há registro de cidadãos brasileiros |

INTECÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

| Brasil ↔ Madagascar | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|---------------------|----------|-----------|-----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Intercâmbio | 7.528,79 | 12.732,78 | 12.726,00 | 6.793,04 | 9.438,90 | 24.419,71 | 21.363,71 | 28.156,95 | 22.902,53 |
| Exportações | 7.358,20 | 12.520,76 | 12.583,20 | 6.548,36 | 9.234,65 | 24.074,40 | 21.186,71 | 27.954,42 | 21.901,27 |
| Importações | 170,59 | 212,02 | 142,80 | 244,67 | 204,25 | 345,30 | 176,99 | 202,53 | 1.001,2 |
| Saldo | 7.187,60 | 12.308,73 | 12.440,40 | 6.303,68 | 9.030,40 | 23.729,10 | 21.009,71 | 27.751,89 | 20.900,07 |

PERFIS BIOGRÁFICOS

Andry RAJOELINA *Presidente interino*

Nascido em 30 de maio de 1974, em Antananarivo, Andry Rajoelina iniciou sua carreira como comunicador em rádio e televisão. Concorreu e venceu as eleições municipais de 2007, assumindo a prefeitura da capital do país.

Em janeiro de 2009, após ter seu canal de televisão fechado pelo Governo central sob alegações de “perturbação da paz e segurança”, Rajoelina passa a liderar a oposição contra o então Presidente Marc Ravalomanana. Em março de 2009, após a deposição de Ravalomanana pelas Forças Armadas, Rajoelina passa a exercer a Chefia de Estado interinamente enquanto cumpre a função de Presidente da Autoridade de Transição (HAT) até que tenham lugar novas eleições.

Jean Omer BERIZIKY **Primeiro-Ministro**

Nascido em 9 de setembro de 1950, na região Norte de Madagascar, Jean Omer Beriziky trabalhou como professor de História e diplomata, tendo exercido a função de Embaixador de Madagascar junto à União Europeia e à Bélgica entre 1995 e 2006.

Membro do partido LEADER-Fanilo (Liberalismo Econômico e Ação Democrática para a Reconstrução Nacional), de centro, foi nomeado, em 28 de outubro de 2011, Primeiro-Ministro do Governo transitório (HAT) liderado pelo Presidente Rajoelina.

Pierrot Jocelyn RAJAONARIVELO **Chanceler**

Nasceu em 1946, na Ilha de Sainte-Marie. Após ter exercido a função de Embaixador nos EUA entre 1989 e 1997, ocupou, até 2002, o cargo de Vice-Primeiro-Ministro no Governo do Presidente Didier Ratsiraka, além de ser eleito para o cargo de Secretário Nacional do partido AREMA (*Antokin'ny Revolisiona Malagasy*, em malgaxe).

Quando Ratsiraka perdeu a disputa presidencial para Marc Ravalomanana, em 2002, Rajaonarivelo seguiu para o exílio. Regressou a Madagascar em 2009, quando Andry Rajoelina assumiu a Presidência.

Em março de 2011, Rajaonarivelo assumiu o Ministério da Economia e da Indústria. Deixou a Pasta em novembro do mesmo ano para assumir o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

POLÍTICA INTERNA

A história escrita de Madagascar começou no século VII d. C., quando os árabes estabeleceram entrepostos comerciais ao longo da costa noroeste. O contato com os europeus começou no século XVI, quando o capitão português Diego Dias avistou a ilha, depois que seu navio se separou da flotilha que se dirigia à Índia. Ao final do século XVII, os franceses estabeleceram entrepostos comerciais ao longo da costa leste. De 1774 a 1824, a ilha foi frequentada por piratas, inclusive americanos, responsáveis pela introdução do arroz malgaxe para a Carolina do Sul.

A partir da década de 1790, líderes do grupo étnico dos merinas lograram estabelecer hegemonia sobre a maior parte da ilha, inclusive a costa. Em 1817, o governante dos merinas e o Governador britânico de Maurício concluíram um tratado abolindo o tráfico de escravos, que fora importante componente da economia malgaxe. Em troca, a ilha recebeu assistência militar e financeira. A influência britânica permaneceu forte por muitas décadas, durante as quais a elite merina foi convertida ao presbiterianismo, ao congregacionismo e ao anglicanismo.

Os britânicos aceitaram a imposição de um protetorado francês sobre Madagascar, em 1885, em troca do controle de Zanzibar (hoje parte da Tanzânia) e como parte de uma definição geral das esferas de influência na área. O controle absoluto da França sobre Madagascar foi obtido militarmente, em 1895-96, e a monarquia merina foi abolida.

Tropas malgaxes lutaram na França, no Marrocos e na Síria, durante a Primeira Guerra Mundial. Quando a França foi ocupada pelos alemães, o Governo de Vichy passou a administrar Madagascar. Em virtude de sua posição estratégica, tropas britânicas ocuparam a ilha em 1942, para evitar que fosse ocupada pelos japoneses. O Reino Unido entregou a ilha à França Livre em 1943.

Em 1947, uma revolta nacionalista foi suprimida, depois de vários meses de lutas intensas. Os franceses reformaram as instituições, em 1956, sob a Lei de Reforma de Ultramar, e Madagascar caminhou pacificamente em direção à independência. A República Malgaxe foi proclamada em 14 de outubro de 1958, como Estado autônomo dentro da Comunidade Francesa. Um período de Governo provisório encerrou-se com a adoção de uma constituição, em 1959, e independência completa obtida em 1960.

Em 1972, um golpe militar estabeleceu um regime coletivista e, três anos depois, o capitão Didier Ratsiraka tomou o poder, governando o país entre 1975 e 1993.

Pressões da oposição forçaram Ratsiraka a promover a abertura política. Como resultado, em 1992 foi aprovada uma nova Constituição e realizaram-se eleições presidenciais, vencidas pelo opositor Albert Zafy. O novo Governo desregulamentou a economia e iniciou privatizações para cumprir exigências do Fundo Monetário Internacional. Nas eleições de 1996, o ex-ditador Ratsiraka venceu Zafy e assumiu o poder no ano seguinte.

Em março de 1998, um referendo popular decidiu pela transformação do país em federação, dividida em seis regiões autônomas, e ampliou o poder do presidente. Em maio do mesmo ano, eleições legislativas deram a vitória ao partido governista Associação pelo Renascimento de Madagascar (Arema).

O crescimento da oposição ao regime liderado por Ratsiraka concentrou-se em torno do então prefeito de Antananarivo, Marc Ravalomanana, do TIM (*Tiako-i-Madagasikara* – “Eu Amo Madagascar”). Em dezembro de 2001, ambos concorreram às eleições gerais.

O resultado da eleição presidencial foi controverso e ambos os candidatos reivindicaram a vitória. O Ministro do Interior declarou Ratsiraka vitorioso, mas seu opositor contestou os resultados. Seguiu-se uma crise política, com os partidários de Ratsiraka tendo bloqueado a estrada que ligava Toamasina, principal porto do país, à capital, principal bastião de Ravalomanana. Em abril de 2002, a Corte Constitucional confirmou o prefeito da capital como vencedor. Explosões esporádicas de violência e uma considerável desorganização da atividade econômica continuaram até julho de 2002, quando Ratsiraka e vários de seus seguidores, sem apoio internacional (França e os EUA acabaram reconhecendo o governo do candidato do TIM), fugiram do país e exilaram-se na França. Além das diferenças políticas, questões étnicas desempenharam papel importante na crise e continuam a influenciar a política até hoje. Ratsiraka pertence à etnia *Betsimisaraka* e Ravalomanana é *Merina*.

Após o final da crise política de 2002, o Presidente Ravalomanana começou seu projeto de reformas econômicas, pelo qual pregava o "desenvolvimento rápido e duradouro" do país, e o lançamento da campanha de luta contra a corrupção. As eleições legislativas de dezembro de 2002 deram a seu partido a maioria absoluta na Assembleia Nacional. As eleições municipais de novembro de 2003 foram consideradas livres, novamente com ampla vitória do partido governista, mas também com a eleição de um número significativo de candidatos independentes ou de oposição regional. Passada a crise, o Presidente decidiu substituir os governadores provinciais com a nomeação de PDEs (Presidentes das Delegações Especiais). A legislação que se seguiu estabeleceu uma estrutura de 22 regiões para descentralizar a administração. Em setembro de 2004, o governo nomeou 22 Chefes Regionais, que se reportam diretamente ao Presidente, para a implementação dos planos de descentralização.

Em 2006, Ravalomanana reelegeu-se em primeiro turno para novo mandato de 5 anos, o que representou a continuidade parcial do seu projeto político. Ravalomanana manteve apenas 7 dos vinte Ministros, entre os quais o Chanceler Ranjeva, mas os 13 novos eram técnicos de sua confiança, não tendo sido feitas quaisquer concessões políticas à oposição. A Corte Constitucional rejeitou 19 pedidos de impugnação do pleito e confirmou o resultado. Ravalomanana anunciou uma agenda imediata para os primeiros cem dias de mandato, baseada em um tripé: abertura política; ampliação da ajuda econômica prestada por doadores, no contexto da implantação do Plano de Ação de Madagascar; e a adoção de medidas para estimular o crescimento econômico. Com uma oposição extremamente dividida, a campanha ocorreu em clima de relativa tranquilidade.

No primeiro semestre de 2007 foi concluída uma reforma constitucional. O Comitê Preparatório dos textos da revisão submeteu ao Presidente duas versões: uma com a supressão do Senado e outra sem esse dispositivo. As principais alterações no texto foram: o aumento dos poderes do Chefe de Estado (o direito de legislar por meio de medidas provisórias em caso de “urgência” ou de “catástrofe” e o de exercer maior controle sobre o judiciário, por passar a presidir o Conselho Superior da Magistratura); a supressão das seis províncias autônomas; a retirada dos princípios da laicidade do Estado, do humanismo e da ecologia do preâmbulo da Carta; a inclusão do inglês como idioma oficial; a modificação do direito de greve para incluir o princípio da continuidade do serviço público e das necessidades fundamentais e de segurança da nação; a afirmação, para a aceitação de candidatura presidencial, da exigência de nacionalidade malgaxe, por parte de pai e mãe, bem como de moradia no país por pelo menos seis meses antes da apresentação oficial da candidatura (“emenda Ratsiraka”); a ausência dos parlamentares nas sessões legislativas passaram a ser punidas com o não-pagamento dos jetons; a redução do mandato dos senadores para 5 anos; e a perda da imunidade dos parlamentares em matéria criminal.

A reforma foi submetida a referendo em 4 de abril e aprovada por 75% dos votos válidos. Cabe ressaltar, contudo, que a participação do eleitorado foi baixa (43,72%), afetada também pelas fortes chuvas que caíram na maior parte do país no dia da votação. A maioria dos partidos da oposição boicotou o referendo. A nova Carta foi sancionada pelo Presidente Marc Ravalomanana em 27 de abril de 2007.

A atual crise política

Nova crise política teve início em janeiro de 2009, quando a oposição, liderada pelo prefeito da capital Antananarivo, Andry Rajoelina, lançou uma série de grandes manifestações e uma greve geral dirigidas contra o Governo do Presidente Marc Ravalomanana.

Antananarivo foi tomada por saques, incêndios e pânico, os quais, em seguida, se espalharam pelo país. Instalou-se sério impasse, que culminou com intervenção das Forças Armadas e a “renúncia” forçada do Presidente Marc Ravalomanana, que buscou refúgio na África do Sul. O poder foi passado a Rajoelina como chefe de uma “Autoridade Nacional de Transição” (HAT), ato convalidado pelo Parlamento e pela Corte Constitucional.

O novo Governo malgaxe, porém, não foi reconhecido internacionalmente, tendo o país sido suspenso da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Africana. Iniciou-se, então, longo período marcado por uma sucessão de tentativas de mediação internacional e nacional entre Rajoelina e seus principais opositores – os três ex-Presidentes Marc Ravalomanana, Didier Ratsiraka e Albert Zafy.

O ex-Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, foi nomeado mediador em nome da SADC. Em agosto, a mediação da SADC levou à assinatura, em Maputo, de acordo básico sobre a transição política, prevista para durar o tempo máximo de 15 meses, ao final do qual seriam realizadas eleições presidenciais e

legislativas, "sob supervisão internacional", que conduziriam ao restabelecimento do Estado de direito no país.

Durante a segunda rodada de negociações para a solução da crise política malgaxe, no entanto, a equipe de mediação não logrou obter consenso entre os quatro movimentos políticos sobre a divisão dos principais cargos do futuro governo de transição. Em setembro, Rajoelina formou, unilateralmente, governo de transição.

Novos esforços em busca de uma solução consensual para a partilha de poder foram conduzidos pelo Grupo Internacional de Contato (GIC, formado por ONU, União Africana e Organização Internacional da Francofonia), em reuniões em Antananarivo (outubro) e em Adis Abeba (novembro).

Em Adis Abeba, foi assinado Ato Aditivo ao Acordo de Maputo, consagrando o princípio da divisão igualitária dos cargos e pastas, aceito por Rajoelina, em contrapartida à confirmação de seu nome como Presidente da Transição. Significativamente, o documento firmado em Adis Abeba apenas distribuiu os cargos de modo quantitativo e não determinou a qual grupo caberia cada pasta ministerial.

A exemplo de iniciativas anteriores, os entendimentos alcançados em Adis Abeba não prosperaram. Atos públicos de Rajoelina demonstravam a sedimentação da tomada unilateral de poder. O Acordo de Maputo foi formalmente revogado em 18/12/09 pela HAT, ocasião em que se publicou decreto de reorganização da "Transição para a Quarta República".

O impasse no país comprometeu sua participação no âmbito das Nações Unidas. As delegações de Zâmbia e Tanzânia, em nome do grupo africano, solicitaram a rejeição das credenciais da delegação de Madagascar, pedido corroborado pela delegação da África do Sul, sob a justificativa de que os Acordos de Maputo e Adis Abeba não haviam sido implementados. Em 22/12/2009, o plenário da AGNU aprovou o relatório do Comitê de Credenciais que adiou a consideração das credenciais de Madagascar.

A condenação da comunidade internacional diante do não cumprimento dos Acordos manteve-se visível. O Presidente da Comissão da UA, Jean Ping, em visita a Antananarivo em janeiro/2010, manifestou insatisfação quanto às medidas unilaterais do governo Rajoelina. Cúpula da SADC rejeitou a convocação de eleições para março daquele ano, bem como a adoção de qualquer medida que contrariasse as determinações do Acordo de Maputo e seu Ato Aditivo. A União Africana, a SADC e o GIC agiram em coesão, não reconhecendo o governo da HAT sob alegações de que não cumpria as determinações dos Acordos.

Em fevereiro de 2010, passaram-se a observar fissuras na base de sustentação do HAT, especialmente no processo de escolha dos candidatos para as eleições, tidas como inaceitáveis pelo Parlamento Europeu e pelos EUA em função de contrariarem os Acordos de Maputo. Em 19/02/2010, a Comissão para a Paz e Segurança da UA deu prazo até 16/3 para que o governo de fato tomasse medidas claras para garantir a plena conformidade com os acordos de Maputo e Adis Abeba, e a soma da pressão internacional ao desgaste interno pareciam estar surtindo algum efeito.

Em 28/04/2010, mediadores lograram reunir Andry Rajoelina, Marc Ravalomanana, Didier Ratsiraka e Albert Zafy em Pretória, em evento conhecido como "reunião da última chance", no qual teria sido apresentada proposta redigida pela França, prevendo a criação de um parlamento. Diante de continuado impasse e da manutenção da intransigência de Rajoelina no retorno a Madagascar, as Forças Armadas malgaxes deram ao Presidente *de facto* um ultimato, exigindo uma saída para a crise até o final de abril, incluindo data para realização de eleição com reconhecimento internacional. Apesar de não ser definida consequência concreta para o não-cumprimento das exigências, os militares conseguiram que Rajoelina se comprometesse a considerar os resultados de Pretória na gestão da transição.

No plano internacional, a UA impôs proibição a quaisquer viagens a seus países aos indivíduos das instituições envolvidas no Governo *de facto*. Bruxelas, por sua vez, decidiu suspender o apoio orçamentário, à exceção da assistência humanitária, contribuindo para a piora da situação econômica já deteriorada do país.

Em 26/06/2010, no aniversário de 50 anos da independência de Madagascar, a crise política ainda não havia sido solucionada. O Governo *de facto* seguia mostrando-se pouco disposto a acatar as iniciativas propostas pela mediação internacional. O governo da HAT persistia em levar Marc Ravalomanana a julgamento no país, o que impediria que o Presidente deposto participasse das eleições. Rajoelina, por sua vez, surpreendeu, ao declarar em discurso televisivo, que tampouco seria candidato.

Em 30/08/2010, o presidente deposto Marc Ravalomanana foi condenado à revelia à prisão perpétua e a trabalhos forçados, pela sua alegada responsabilidade em "massacre" ocorrido em 7 de fevereiro de 2009. O governo *de facto* alegou que Ravalomanana evadira-se de enfrentar a justiça em seu próprio país, o que daria plena legitimidade ao julgamento *in absentia*. Por um lado, não havia perspectiva de que a sentença pudesse ser executada, tendo em vista que o governo da África do Sul, onde Ravalomanana se encontrava, não tencionava colaborar com governo sem reconhecimento internacional. Por outro lado, a condenação prejudicou ainda mais o ambiente para a negociação entre as partes e, portanto, para a solução da crise.

Em 17/11/2010, a "Constituição da 4ª República" foi aprovada em referendo por 70,7% dos votantes. O texto incluiu previsão da diminuição da idade mínima para o exercício do cargo de Presidente de 40 para 35 anos, viabilizando eventual candidatura de Rajoelina, então com 36 anos, nas eleições previstas para maio de 2011.

No mesmo dia do referendo, grupo de oficiais liderados pelo General Noel Rakotonandrasana (que também liderou o golpe contra Ravalomanana) amotinou-se na Base Aérea de Ivato, declarando que "havam suspenso as instituições estabelecidas" e criando "uma comissão militar para gerir os negócios do país". Não lograram, contudo, angariar apoio, nem conseguiram prejudicar o referendo. Os amotinados ofereceram resistência, mas acabaram se entregando no dia 20/11/2010, sem que tenha havido feridos ou danos materiais. De todo modo, o episódio evidenciou fissuras existentes nas Forças Armadas malgaxes.

No plano internacional, a Comunidade Francófona, os EUA, a UE e a SADC apontaram para a falta de legitimidade do referendo, que não haveria contado

com a participação de todos os atores políticos, e se recusam a enviar observadores para as eleições programadas.

Apesar da tendência a enraizar-se como governo efetivo e angariar reconhecimento de fato, o regime de Rajoelina não dava mostras, ainda, de força para romper o impasse político e implementar agenda construtiva. Em contexto de incerteza, as eleições legislativas marcadas para março de 2011 foram adiadas *sine die* (sob a justificativa de que a atual Constituição proíbe a realização de eleições em tempo de chuva e furacões). O Governo da HAT seguia apresentando o referendo constitucional de novembro como evidência de legitimidade e desconsiderava qualquer proposta "inclusiva", que implicasse negociação com a oposição.

Em junho de 2011, Cúpula Extraordinária da SADC emitiu recomendação no sentido de alterar o "Mapa do Caminho" estabelecido pelo Acordo de Maputo, segundo a qual as Autoridades de Transição se comprometeriam com a criação, com a brevidade possível, das condições necessárias para o retorno ao país de cidadãos malgaxes em exílio por razões políticas, inclusive o Presidente deposto, Marc Ravalomanana. O Conselho de Governo de Madagascar acatou a recomendação e emitiu comunicado que não indica possíveis datas para a realização de eleições, limitando-se a "reiterar que cabe a Madagascar, nação soberana, determinar seu calendário eleitoral". Missão da troika do Órgão da SADC sobre Cooperação em Assuntos Políticos, de Defesa e Segurança, ocorrida em Antananarivo entre os últimos dias 11 e 17 de setembro de 2011, viabilizou a assinatura, em 17/09/2011, do novo 'Mapa', no qual os grupos políticos malgaxes se comprometeram com a restauração da ordem constitucional no país, mediante a organização de eleições e o fim do exílio de Ravalomanana.

A partir do novo 'Mapa do caminho', avanços no restabelecimento da ordem política em Madagascar puderam ser observados. Em comunicado emitido em Reunião em dezembro de 2011, o Conselho de Paz e de Segurança da UA (CPSUA) felicitou as partes malgaxes pelos avanços nas negociações para encerrar a crise política no país. Mencionou-se a possibilidade de reintegrar Madagascar à UA e o MNE malgaxe confirmou intenção de realizar eleições no primeiro semestre de 2012. A designação consensual, de Jean Omer Beriziky, como Primeiro-Ministro; a formação do Governo de União Nacional; o retorno do ex-Presidente Didier Ratsiraka ao país e o estabelecimento de um Congresso de Transição e de Alto Conselho de Transição também sinalizaram para uma evolução positiva do contexto político nacional.

Em 21 de janeiro de 2012, porém, o Presidente deposto Marc Ravalomanana foi impedido de entrar em Madagascar, frustrando as expectativas otimistas que derivaram do acordo de setembro de 2011. Manifestantes pró-Ravalomanana, que esperavam o regresso do Presidente deposto no aeroporto de Antananarivo, teriam sido duramente reprimidos por forças policiais. O incidente do último é sintomático das dificuldades e desafios que persistem e que tornam incertas as perspectivas de reconciliação entre as diferentes facções políticas. Continua dessa forma adiada a implementação do acordado em setembro de 2011.

POLÍTICA EXTERNA

A partir de 1997, o processo de globalização encorajou o governo do Presidente Didier Ratsiraka a aderir a políticas econômicas liberais e a procurar uma inserção nos mercados mundiais. O relacionamento externo refletiu essa tendência, embora o isolamento físico de Madagascar e sua tradicional orientação insular limitaram suas atividades no âmbito das organizações econômicas regionais e nas relações com seus vizinhos da África Oriental.

Madagascar, historicamente percebida como estando à margem dos principais temas africanos, retornou à União Africana em julho de 2003, depois de um hiato de 14 meses, causado pela crise política de 2002. Desde a independência, o país goza de estreitas relações com seus vizinhos (Maurício, Reunião, Seicheles e Comores), além de sempre ter sido bastante ativo no organismo regional, a Comissão do Oceano Índico. As relações com a França (seu principal parceiro, tanto político quanto econômico), Alemanha, Reino Unido e Suíça, bem como com a Rússia, Japão, Índia e China, também se caracterizam pela intensidade.

A política externa do governo do Presidente Marc Ravalomanana buscou reforçar as relações com os países interessados em ajudar no desenvolvimento de Madagascar, em especial os Estados Unidos (o país chegou a ser um dos maiores recipientes da “*Millenium Challenge Account*”). Procurou, igualmente, fortalecer as relações com países anglófonos, especialmente com a África do Sul, como meio de contrarrestar a tradicionalmente forte influência francesa. Em agosto de 2005, o país tornou-se oficialmente o 14º membro pleno da SADC.

O advento da crise política de 2009 alterou os rumos da política externa malgaxe. Em 25 de setembro daquele ano, o plenário da Assembleia Geral da ONU impediu a intervenção, no Debate-Geral, do autoproclamado “Presidente da Alta Autoridade Transição” de Madagascar, Andry Rajoelina, com base em questão de ordem levantada pelo Chanceler da República Democrática do Congo, em nome dos países SADC e da União de Comoros. A cassação da palavra de Rajoelina representou êxito para a estratégia da SADC de pressionar o Governo *de facto* a honrar os compromissos assumidos nos acordos de Maputo e garantir o estabelecimento de um governo de união nacional.

A União Africana e, sobretudo, a SADC tem participado ativamente das negociações com vistas à normalização da política interna em Madagascar. (ver item “Política interna/A atual crise política”)

Conjuntura econômico-comercial

No ano passado, o PIB do país cresceu cerca de 1%, somando US\$ 9,86 bilhões. Estimativas apontam crescimento médio real em torno de 4% ao ano, no biênio 2012-2013. A renda per capita do país, segundo dados do Banco Mundial, é baixa, cerca de US\$ 500,00 e a expectativa de vida é de 66 anos.

A economia do país é baseada na agricultura, na criação de gado e na pesca. O setor agrícola ocupa aproximadamente 70% da força de trabalho da ilha e a agricultura carece de ganhos de competitividade e de escala em diversos setores. Os principais produtos agrícolas são arroz e café, seguidos por outras culturas menos relevantes: cana-de-açúcar, mandioca e banana. No entanto, com população estimada em cerca de 21,3 milhões de habitantes, Madagascar não é autossuficiente na produção de alimentos, dependendo de importações para abastecer o mercado local.

O país é dependente de doações externas. Antes do desencadeamento da crise política, no início de 2009, por volta da metade das receitas governamentais provinham dessa fonte de recursos, reduzidas ou mesmo interrompidas pela crise institucional em Madagascar. O acesso privilegiado de mercadorias malgaxes a alguns mercados, como é o caso dos Estados Unidos, foi igualmente prejudicado. Esse quadro aumenta os riscos de insegurança alimentar, motivo pelo qual o governo prevê, no orçamento de 2012, maiores estímulos à agricultura local.

O turismo internacional vem ganhando importância econômica. Em 2011, segundo estimativa da *"The Economist Intelligence Unit"* (EIU), cerca de 210 mil turistas estrangeiros visitaram Madagascar.

Na indústria de mineração merecem destaque as reservas de níquel, titânio e cobalto. Projetos de extração industrial de níquel refinado e de cobalto deverão entrar em fase operacional ainda no biênio 2012-2013, na Mina Ambatovy. A produção estimada de níquel é de 60 mil toneladas/ano e a de cobalto de seis mil toneladas/ano. Estão em andamento prospecções de petróleo e de gás.

A inflação tem-se mantido, nos últimos cinco anos, em torno de 9%, com viés de baixa a partir do ano passado, cuja estimativa é de que tenha encerrado em 7,8%, de acordo com a EIU. Não há estatísticas consistentes sobre o nível de desemprego do país. Esforços arrecadatários têm contribuído para melhorar a situação fiscal do país tem melhorado. Desse modo, o Governo espera fechar 2012 com pequeno déficit (cerca de -0,5% do PIB), seguido, em 2013, por superávit da ordem de 2% do PIB.

No âmbito do comércio exterior, as exportações do país são limitadas, registrando, em 2010, a cifra de US\$ 1,1 bilhão. No último quinquênio, as vendas externas do país mantiveram-se praticamente estagnadas. No período compreendido entre janeiro e agosto de 2011, últimos dados disponíveis, as exportações limitaram-se a US\$ 847 milhões. Registre-se que, recentemente, as exportações, sobretudo de têxteis, têm sido prejudicadas por conta da perda de privilégios de acesso de produtos malgaxes ao mercado estadunidense, no âmbito do AGOA - African Growth and

Opportunity Act, em vista das repercussões da crise política interna. Os principais destinos, em 2010, para os produtos malgaxes foram França (27%); Estados Unidos (9,4%); China (8,7%); Países Baixos (6,6%) e Alemanha (5,7%); e os principais produtos da pauta ofertada foram artigos de vestuário (27,9%); máquinas mecânicas (7,0%); peixes e crustáceos (7,0%); minérios (6,3%); café (6,3%).

As importações totais do país poderão exibir alguma tendência de crescimento, tendo em vista as necessidades de aquisição de bens de capital, por conta dos projetos no setor mineral. Em 2010, as importações malgaxes somaram US\$ 2,8 bilhões. Naquele ano, os principais fornecedores de Madagascar foram China (15,4% do total); França (12,0%); África do Sul (6,8%); Bareine (4,8%); Estados Unidos (4,5%). Prevaleram as compras de máquinas e aparelhos mecânicos (15,6%), combustíveis e lubrificantes (15,2%), produtos da cadeia têxtil (11,0%), máquinas elétricas (7,8%), obras de ferro e aço (6,0%).

A balança comercial do país é fortemente deficitária, em média (-)18% do PIB. Em 2010, o saldo negativo das transações comerciais malgaxes foi de US\$ 1,7 bilhão. Dados preliminares relativos ao período de janeiro a agosto de 2011 indicam que o déficit contabilizado foi da ordem de US\$ 1,2 bilhão.

Agricultura

A agricultura garante a subsistência da maioria dos malgaxes e contribuiu com 26,8% do PIB em 2007. Cerca de metade das terras em Madagascar são cultiváveis, mas apenas 5% são utilizadas e a produtividade é baixa devido à falta de irrigação. A comercialização dos produtos é prejudicada pelas dificuldades de transporte e pela falta de acesso a crédito agrícola. Ciclones e inundações periódicos afetam a produção nas áreas do norte e leste do país, enquanto que as secas afetam o sul. O alimento de base é arroz, que constitui 70% da produção agrícola e cujo cultivo predomina na região de Alaotra, ao sul. Esforços para alcançar a autosuficiência vem sendo prejudicados pela utilização de técnicas de cultivo tradicional e pouco uso de insumos.

Energia

O setor petrolífero de Madagascar passa por processo de grande expansão, devido às reservas descobertas na última década. O país tem tentado atrair, nos últimos anos, investidores estrangeiros dispostos a investir em seus blocos *on-shore* e *off-shore*, contudo, a instabilidade política e as incertezas acerca da viabilidade econômica dos blocos petrolíferos têm afastado potenciais investidores. De concreto, foi acordada a aquisição, pela empresa francesa Total, de 60% do projeto de areias betuminosas em Bemolanga, com estimativa de extração de 10 bilhões de barris de petróleo. A empresa pretende realizar perfurações no valor total de USD 170 milhões.

Na expectativa do sucesso da prospecção petrolífera, o Governo de Madagascar revisou as atribuições do OMNIS, o Escritório de Minas Nacionais e de

Indústrias Estratégicas, criando a companhia nacional de petróleo de Madagascar, a qual atua em parceria com as empresas estrangeiras na prospecção e produção de petróleo em Madagascar. O OMNIS passou a atuar como agência reguladora, supervisionando os contratos.

Com o início da produção de petróleo, ganhou importância a cooperação do país com a Noruega. Madagascar recebe, desde 2005, assistência técnica da Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD), por meio do Programa “Petróleo para o Desenvolvimento”. O Programa busca auxiliar na organização dos setores de petróleo e gás do país, com o intuito de fortalecer as instituições governamentais relacionadas à exploração de hidrocarbonetos.

Madagascar não possui reservas de gás natural nem tampouco faz uso desse recurso em sua matriz energética.

Ao longo dos últimos anos, Madagascar tem desenvolvido diversas iniciativas para a produção de bioenergia, tanto em parceria com organizações internacionais (PNUD) e ONGs (WWF) quanto por projetos de empresas estrangeiras. No que se refere aos biocombustíveis, foi concedida, em dezembro de 2007, a primeira licença ambiental para a construção de usina de produção de etanol a partir da cana-de-açúcar, em projeto da empresa "Jason World Energy".

Com vistas a superar a dependência da importação de petróleo, há expectativa, por parte do Governo malgaxe, de que o País se torne importante produtor de energia renovável, no quadro de suas políticas de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, em 2009 o Estado malgaxe anunciou sua intenção de estabelecer programa para disseminar a produção, distribuição e utilização do etanol como combustível. Para tanto, o Ministério do Meio-Ambiente, Florestas e Turismo (MEFT) iniciou estudo de impacto ambiental de projetos alcooleiros de grande escala nas localidades de Vatomandry e Ambositra, tradicionais produtoras de rum.

A produção voltada para biocombustíveis se concentra nas plantações de *jatropha* (pinhão-mansão), planta especialmente adaptada às condições locais devido à sua capacidade de se desenvolver em áreas consideradas impróprias para o cultivo agrícola. Em fins de 2009, a empresa italiana Tozzi Renewable Energy (TRE), deu início ao empreendimento "Madagascar Jatropha Project", com investimento previsto de USD 300 milhões na plantação de mais de 100 mil hectares de *jatropha*, com vistas à produção de biodiesel. A TRE é a terceira empresa a entrar no ramo do pinhão-mansão na região de Atsimo Andrefana, juntando-se à GEM (Green Energy Madagascar) e à MMR (Madagascar Minerals Resources). A título de comparação, a empresa australiana Green Energy Madagascar (GEM) assegurou o direito de uso sobre cerca de 490 mil hectares em Madagascar, onde tem desenvolvido grandes plantações de *jatropha* para a produção de biodiesel.

Investimentos Estrangeiros Diretos em Madagascar

De acordo com a UNCTAD, os ingressos anuais de Investimento Estrangeiro Direto (IED) em Madagascar atingiram valor recorde de US\$ 1,1 bilhão

em 2008. Esses investimentos apresentaram queda expressiva em 2009 e 2010, encerrando o último ano em US\$ 860 milhões.

A queda nos influxos de IED poderia ser explicada, em parte, pelos efeitos da crise econômica mundial. De acordo com o portal *African Economic Outlook*, essa situação é agravada pela crise política pela qual o país está passando desde 2009. Os investidores estrangeiros teriam preocupações quanto à validade legal dos contratos e concessões assinadas com o atual governo, bem como quanto à possível revisão dos contratos assinados com o governo anterior.

Por razões históricas, a França é o principal investidor em Madagascar. Merecem destaque também as Ilhas Maurício, China e os EUA como grandes investidores no país. A UNCTAD estimou o estoque de IED em Madagascar em US\$ 4,4 bilhões no ano de 2010.

Oportunidades para Investimentos Estrangeiros em Madagascar

O Governo de Madagascar simplificou os procedimentos para estabelecer e conduzir negócios no país, com a finalidade específica de encorajar investidores estrangeiros. O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Madagascar considera que os setores com maior potencial para atração de investimentos estrangeiros são turismo, *agrobusiness*, mineração, indústria elétrica, infraestrutura e tecnologias da informação e comunicação.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Madagascar foram estabelecidas oficialmente em 7 de outubro de 1996. Desde então, o Brasil mantém Embaixada cumulativa com a Missão em Maputo. Há boas possibilidades de intensificação das relações bilaterais.

Em virtude do comparecimento de representante brasileiro à Conferência de Solidariedade (abril de 2008), durante a qual foi apresentada a situação de Madagascar após ser atingida pelo ciclone Ivan, a Missão do Brasil em Adis Abeba recebeu a visita de agradecimento do Embaixador malgaxe acreditado junto a Etiópia. Naquela ocasião, o diplomata comunicou o interesse no estabelecimento de cooperação bilateral, tendo identificado as seguintes áreas como prioritárias: 1) a transferência de tecnologias disponíveis no campo das energias renováveis, tendo em vista a total dependência daquele país da importação de petróleo e 2) integração do território de Madagascar ao acesso das imagens de sensoriamento remoto emitidas pelo satélite CBERS III, com vistas, sobretudo, ao monitoramento e prevenção de ciclones. As solicitações foram formalizadas por nota verbal.

A primeira atividade de cooperação técnica bilateral Brasil-Madagascar teve lugar entre 13 e 29 de setembro de 2008, no âmbito da parceria ABC/ JICA (Programa JBPP). Delegação de seis profissionais de saúde malgaxes participaram de curso de treinamento em saúde materno-infantil no Brasil, com vistas à melhoria dos serviços de saúde materno infantil e neonatal em Madagascar. O curso incluiu visitas e treinamento no Hospital Sofia Feldman, em Belo Horizonte (MG), além de maternidades em Caruaru (PE) e em São Sebastião (DF).

Em julho de 2009, representante de Madagascar, Eric Beantanana, esteve presente no Seminário de Alto Nível sobre o Papel dos Investimentos Públicos na Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social, realizado no Rio de Janeiro.

Novamente no âmbito do Programa de Parceria Brasil-Japão (JBPP), técnicos malgaxes da área de saúde visitaram, em Belo Horizonte, entre 10 e 31 de outubro de 2009, o Hospital Sofia Feldman, referência em saúde materno-infantil, com o objetivo de melhorar o atendimento nessa área, em Madagascar.

Relações comerciais

Em 2011, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 22,9 milhões, retração de 18,7% em relação ao ano anterior. Madagascar é o 34^a parceiro comercial do brasileiro no continente africano. O fluxo comercial é majoritariamente composto por exportações brasileiras do Brasil, que importa muito pouco do país africano.

As exportações brasileiras para Madagascar sofreram retração de 21,7% no ano passado, limitando-se a US\$ 21,9 milhões, equivalentes a 0,18% das vendas do País para a África.

Esse quadro contrasta com a evolução das exportações brasileiras para a África que, em 2011, aumentaram 31,9%. Na pauta de exportações do Brasil, prevalecem produtos manufaturados, que, em 2011, corresponderam a 81% do total.

Os principais produtos da pauta em 2011 foram: açúcar (81%); carnes (9,8%); óleos vegetais (7,9%); veículos automotores (0,9%). Tendo em vista a concentração da pauta em açúcar, a queda no fluxo total de exportações foi causada pela redução das vendas desse produto entre 2010 e 2011, de US\$ 25,5 milhões para 16,8 milhões.

As importações brasileiras originárias de Madagascar, em 2011, foram de US\$ 1,0 milhão, sendo os principais itens demandados pelo Brasil: minérios (47,4%); instrumentos de precisão (23,3%); máquinas e aparelhos elétricos (9,7%).

Em suma, no ano passado, a balança comercial bilateral foi superavitária para o Brasil em US\$ 20,9 milhões, repctindo 23 anos de saldo favorável para o lado brasileiro.

Investimentos brasileiros

O Banco Central do Brasil não possui registro de investimentos brasileiros em Madagascar. Não há, tampouco, registro de capitais oriundos de Madagascar no Brasil.

O presidente Ravalomanana demonstrava interesse, desde 2005, de estreitar os vínculos com o Brasil, em especial na área do desenvolvimento econômico, incluindo agro-indústria (complexos soja e sucroalcooleiro e biodiesel) e mineração, aí incluindo o setor petrolífero. A Petrobras, antes reticente a entrar no país, já deu indicações de interessar-se na pesquisa de petróleo em Madagascar.

Haveria espaço para as construtoras brasileiras no país, em particular no programa de recuperação da malha viária e do interesse na construção de hidrelétricas.

Atos bilaterais

Até o momento, não há atos bilaterais assinados entre o Brasil e Madagascar.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há créditos de Madagascar sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

Assistência consular

Não há registros de cidadãos brasileiros em Madagascar. O Setor Consular da Embaixada em Maputo, Moçambique, detém a jurisdição consular brasileira para o país.

ANEXOS

Cronologia Histórica de Madagascar

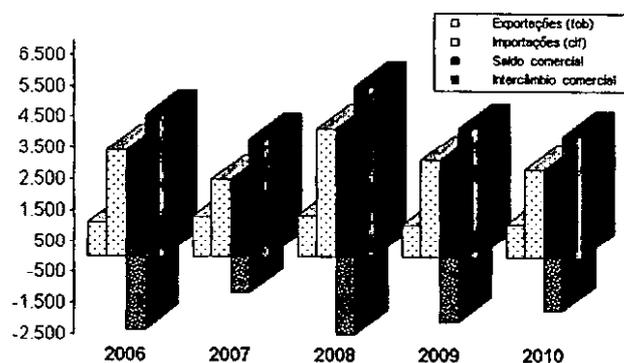
| |
|---|
| Década de 1880 a 1905: a França consolida seu domínio sobre Madagascar. |
| 1910-20: Cresce o nacionalismo malgaxe. |
| 1946: Madagascar se torna Território Ultramarino. |
| 26/06/1960: Independência. Philibert Tsiranana presidente. |
| Junho de 1975: O Comandante Didier Ratsiraka é nomeado chefe de Estado após golpe. O país é renomeada República Democrática de Madagascar e Ratsiraka é eleito Presidente. |
| 1992: Sob pressão popular, Ratsiraka introduz reformas democráticas. Nova Constituição é aprovada por referendo. |
| 1993: Albert Zafy eleito Presidente. |
| 1996: Impedimento de Zafy. Ratsiraka retorna à Presidência. |
| Maior de 2001: Senado volta a funcionar depois de 29 anos. |
| Dezembro de 2001: Após o primeiro turno das eleições, o candidato da oposição, Marc Ravalomanana, proclama sua vitória e afirma não haver necessidade de segundo turno. |
| Fevereiro de 2002: Ravalomanana declara-se presidente. Ratsiraka não admite derrota. |
| Abril de 2002: A Corte Constitucional declara Ravalomanana vitorioso nas eleições de dezembro, após recontagem dos votos. Ratsiraka não acata decisão judicial. |
| Julho de 2002: Ratsiraka exila-se na França, terminando o impasse político. |
| Dezembro de 2002: O partido de Ravalomanana consegue maioria parlamentar. |
| Outubro de 2004: O BM e o FMI cancelam cerca de metade da dívida de Madagascar (US\$ 2 bilhões). |
| Dezembro de 2006: Marc Ravalomanana reelege-se presidente. |
| Julho de 2007: O Presidente Ravalomanana dissolve o Parlamento. |
| Novembro de 2007: Projeto de mineração de níquel em Tamatave, estimado em US\$ 3,3 bilhões. A mina é considerada a maior do mundo. |
| Março 2009: Deposição de Ravalomanana pelas Forças Armadas. Rajoelina passa a exercer a Chefia de Estado enquanto cumpre a função de Presidente da Autoridade de Transição (HAT). |

Indicadores Econômicos e Comerciais

MADAGASCAR: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ milhões

| DESCRIÇÃO | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 (jan-ago) |
|-----------------------|--------|--------|--------|--------|--------|-------------------|
| Exportações (fob) | 1.116 | 1.320 | 1.348 | 1.053 | 1.100 | 847 |
| Importações (cif) | 3.451 | 2.492 | 4.144 | 3.127 | 2.824 | 2.090 |
| Saldo comercial | -2.335 | -1.172 | -2.795 | -2.075 | -1.724 | -1.243 |
| Intercâmbio comercial | 4.566 | 3.812 | 5.492 | 4.180 | 3.924 | 2.937 |

Elaborado pelo IREDEPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012

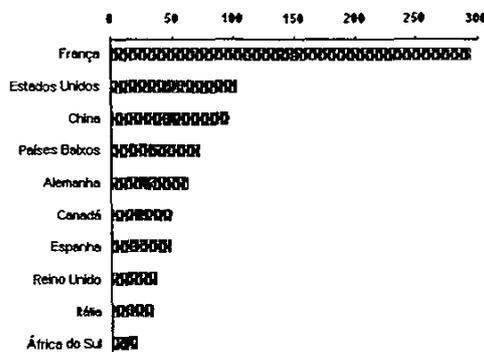


O comércio exterior de Madagascar apresentou, em 2010, decréscimo de 14% relação ao ano de 2006, passando de US\$ 4,5 bilhões para US\$ 2,9 bilhões. No ranking do FMI, Madagascar figurou como o 149º mercado mundial, sendo o 146º exportador e o 144º importador.

MADAGASCAR: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ milhões

| Descrição | 2010 | % no total | 2011 (jan-ago) | % no total |
|----------------------|--------------|---------------|-------------------|---------------|
| França | 295 | 26,8% | 245 | 28,9% |
| Estados Unidos | 103 | 9,4% | 57 | 6,8% |
| China | 96 | 8,7% | 62 | 7,3% |
| Países Baixos | 72 | 6,6% | 22 | 2,7% |
| Alemanha | 63 | 5,7% | 59 | 7,0% |
| Canadá | 49 | 4,5% | 39 | 4,6% |
| Espanha | 48 | 4,4% | 30 | 3,6% |
| Reino Unido | 37 | 3,3% | 26 | 3,1% |
| Itália | 34 | 3,1% | 18 | 2,1% |
| África do Sul | 20 | 1,8% | 15 | 1,8% |
| ... | | | | |
| Brasil | 0,2 | 0,02% | 0,4 | 0,05% |
| Subtotal | 816 | 74,2% | 575 | 67,9% |
| Outros países | 284 | 25,8% | 272 | 32,1% |
| Total | 1.100 | 100,0% | 847 | 100,0% |



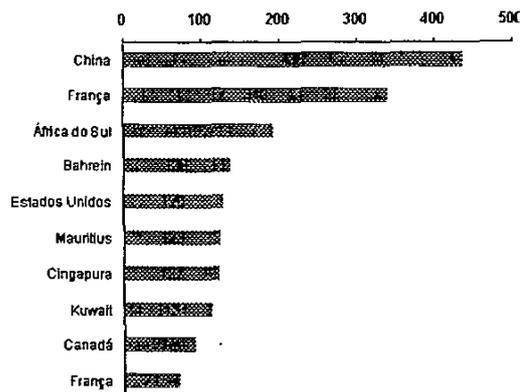
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.

França é o principal exportador para Madagascar com 27% da pauta, os demais em destaques responderam por 74% e foram: Estados Unidos, China, Países Baixos, Alemanha, Canadá, Espanha, Reino Unido, Itália e África do Sul. O Brasil obteve o 63º lugar entre os destinos em 2010, participando com 0,02% do total.

MADAGASCAR: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ milhões

| Descrição | 2010 | % no total | 2011 (jan-ago) | % no total |
|----------------------|--------------|---------------|-------------------|---------------|
| China | 436 | 15,4% | 360 | 17,2% |
| França | 340 | 12,0% | 277 | 13,2% |
| África do Sul | 192 | 6,8% | 136 | 6,5% |
| Bahrein | 136 | 4,8% | 102 | 4,9% |
| Estados Unidos | 128 | 4,5% | 41 | 2,0% |
| Mauritius | 123 | 4,3% | 97 | 4,6% |
| Cingapura | 122 | 4,3% | 113 | 5,4% |
| Kuwait | 113 | 4,0% | 95 | 4,6% |
| Canadá | 91 | 3,2% | 19 | 0,9% |
| França | 71 | 2,5% | 63 | 3,0% |
| ... | | | | |
| Brasil | 31 | 1,1% | 17 | 0,8% |
| Subtotal | 1.781 | 63,1% | 1.320 | 63,2% |
| Outros países | 1.043 | 36,9% | 770 | 36,8% |
| Total | 2.824 | 100,0% | 2.090 | 100,0% |

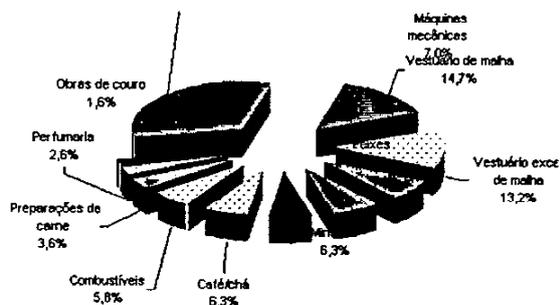


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.

Os dez principais compradores dos produtos de Madagascar em 2010 responderam por 62% da pauta com destaque para China e França que corresponderam com 28% do montante. O Brasil posicionou-se no 20º lugar, com 1,1% da demanda importadora do país.

MADAGASCAR: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2010 - US\$ milhões

| Descrição | 2010 | % no total |
|---------------------------|--------------|---------------|
| Vestuário de malha | 159 | 14,7% |
| Vestuário exceto de malha | 142 | 13,2% |
| Máquinas mecânicas | 76 | 7,0% |
| Peixes | 75 | 7,0% |
| Minérios | 68 | 6,3% |
| Café/chá | 68 | 6,3% |
| Combustíveis | 63 | 5,8% |
| Preparações de carne | 39 | 3,6% |
| Perfumaria | 28 | 2,6% |
| Obras de couro | 18 | 1,6% |
| Subtotal | 735 | 68,0% |
| Outros produtos | 347 | 32,0% |
| Total | 1.082 | 100,0% |

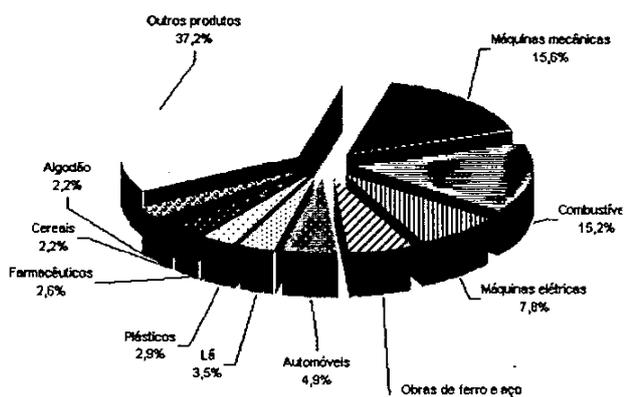


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap

As exportações de Madagascar são bem diversificadas. Os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2010 foram: vestuário (28%); máquinas mecânicas (7%); peixes (7%); minérios (6%), café/ chá (6%).

MADAGASCAR: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2010 - US\$ milhões

| Descrição | 2010 | % no total |
|------------------------|--------------|---------------|
| Máquinas mecânicas | 398 | 15,6% |
| Combustíveis | 386 | 15,2% |
| Máquinas elétricas | 198 | 7,8% |
| Obras de ferro e aço | 152 | 6,0% |
| Automóveis | 124 | 4,9% |
| Lã | 89 | 3,5% |
| Plásticos | 74 | 2,9% |
| Farmacêuticos | 66 | 2,6% |
| Cereais | 56 | 2,2% |
| Algodão | 56 | 2,2% |
| Subtotal | 1.699 | 62,8% |
| Outros produtos | 947 | 37,2% |
| Total | 2.546 | 100,0% |



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap

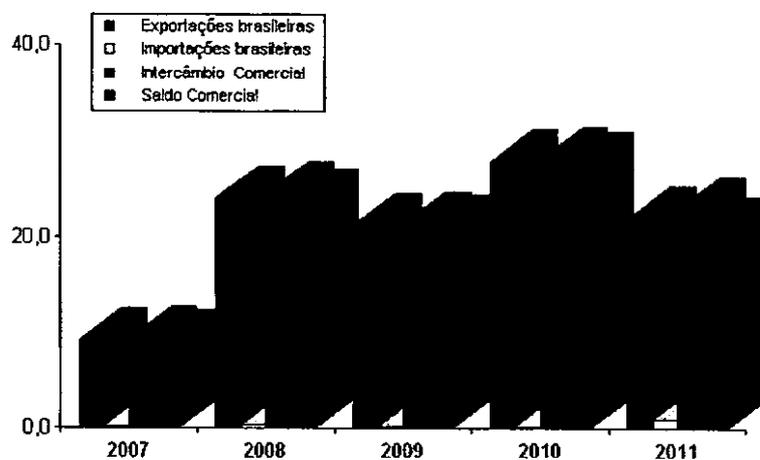
Os dez principais produtos importados por Madagascar em 2010 representam 63%. São eles: máquinas (16%); combustíveis (15%); máquinas elétricas (8%); obras de ferro e aço (6%), automóveis (5%), lã (4%). Plásticos (3%).

BRASIL-MADAGASCAR: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ bilhões, fob

| DESCRIÇÃO | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|-------------------------------------|--------|--------|--------|-------|--------|
| Exportações brasileiras | 9,2 | 24,1 | 21,2 | 27,9 | 21,9 |
| Variação em relação ao ano anterior | 41,5% | 161,6% | -12,0% | 31,7% | -21,5% |
| Importações brasileiras | 0,2 | 0,3 | 0,2 | 0,2 | 1,0 |
| Variação em relação ao ano anterior | -16,4% | 69,1% | -49,0% | 14,8% | 395,0% |
| Intercâmbio Comercial | 9,4 | 24,4 | 21,4 | 28,1 | 22,9 |
| Variação em relação ao ano anterior | 40,4% | 159,6% | -12,5% | 31,6% | -18,5% |
| Saldo Comercial | 9 | 24 | 21 | 28 | 21 |

Elaborado pelo MRE/DPF/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Madagascar foi o 144º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 144%, passando de US\$ 9 bilhões, para US\$ 23 bilhões, sendo 138% nas exportações e 390% nas importações. A participação de Madagascar no comércio exterior brasileiro foi de 0,00% em 2011.

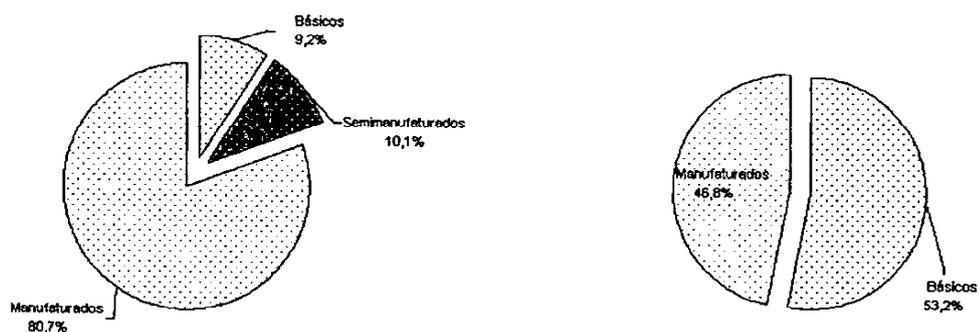


BRASIL-MADAGASCAR: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ bilhões, fob - 2 0 1 1

| DESCRIÇÃO | EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS | | IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS | |
|-------------------|-------------------------|---------------|-------------------------|---------------|
| | VALOR | PART.% | VALOR | PART.% |
| Básicos | 2,0 | 9,2% | 0,5 | 53,0% |
| Semimanufaturados | 2,2 | 10,1% | 0,0 | 0,0% |
| Manufaturados | 17,7 | 80,6% | 0,5 | 46,7% |
| Total | 21,9 | 100,0% | 1,0 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

As exportações brasileiras para Madagascar são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 81% das vendas em 2011, com destaque para açúcar. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos básicos e manufaturas representam a pauta em 2011.



BRASIL-MADAGASCAR: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ bilhões, fob

| DESCRIÇÃO | 2009 | 2010 | 2011 | | Exportações brasileiras para Madagascar, 2011 |
|-----------------|-------------|-------------|-------------|---------------|---|
| | | | Valor | % no total | |
| Açúcar | 17,8 | 25,5 | 16,8 | 81,4% | 16,8 |
| Carnes | 0,1 | 0,0 | 2,0 | 9,8% | 2,0 |
| Gorduras | 0,0 | 0,0 | 1,6 | 7,9% | 1,6 |
| Automóveis | 0,7 | 0,4 | 0,2 | 0,9% | 0,2 |
| Subtotal | 18,6 | 25,9 | 20,6 | 93,9% | 20,6 |
| Outros produtos | 2,6 | 2,0 | 1,3 | 6,1% | 1,3 |
| Total | 21,2 | 27,9 | 21,9 | 100,0% | 21,9 |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/alcenetb.

Açúcar foi o principal item nas vendas brasileiras para Madagascar, que representou 82% da pauta de 2011, seguido de carnes (10%) e gorduras (8%).

BRASIL-MADAGASCAR: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ bilhões, fob

| DESCRIÇÃO | 2009 | 2010 | 2011 | | Importações brasileiras originárias de Madagascar, 2011 |
|--------------------------|-------------|-------------|-------------|---------------|---|
| | | | Valor | % no total | |
| Minérios | 0,00 | 0,00 | 0,47 | 47,4% | 0,47 |
| Instrumentos de precisão | 0,00 | 0,08 | 0,23 | 23,2% | 0,23 |
| Máquinas elétricas | 0,00 | 0,00 | 0,10 | 9,7% | 0,10 |
| Vestuário de malha | 0,10 | 0,02 | 0,03 | 2,6% | |
| Subtotal | 0,10 | 0,10 | 0,83 | 82,9% | |
| Outros produtos | 0,08 | 0,10 | 0,17 | 17,1% | |
| Total | 0,18 | 0,20 | 1,00 | 100,0% | |

Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Direção de Interação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Auceweb

As importações brasileiras originárias de Madagascar apresentaram alto grau de concentração em minérios (48%) da pauta em 2011, seguidos de instrumentos de precisão e médicos, máquinas elétricas (10%).

Aviso nº 541 - C. Civil.

Em 28 de março de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 03/07/2012.